

IAOD da Deputada Lei Cheng I em 16.12.2024

O novo Governo deve continuar a promover o desenvolvimento económico e a elevar a qualidade do emprego

Por ocasião do 25.º aniversário do estabelecimento da RAEM, recordamos que o 5.º Governo, logo no seu início, teve de enfrentar uma pandemia que se prolongou por três anos, liderar os funcionários públicos e a população para combaterem em conjunto a pandemia, e tentar ultrapassar as dificuldades económicas. Posteriormente, desenvolveu muitos trabalhos para a retoma económica, a construção urbana e a melhoria das condições de vida da população. Tudo isto merece o nosso reconhecimento. Espero que o novo Governo se empenhe na salvaguarda da estabilidade social, na promoção do crescimento económico, na elevação da qualidade do emprego e na optimização do bem-estar da população.

Há dias, num encontro com a comunicação social, o Chefe do Executivo eleito, Sam Hou Fai, acompanhado pelos novos dirigentes, referiu que o Governo ia esforçar-se para resolver os conflitos e problemas de ordem profunda no desenvolvimento da RAEM. Actualmente, apesar dos bons dados macroeconómicos, enfrentamos alguns desafios e um desenvolvimento desigual. Apesar da baixa taxa de desemprego dos residentes, é necessário trabalhar mais para elevar a qualidade do emprego. Num recente inquérito realizado por uma associação, muitos inquiridos afirmam que a pressão do trabalho é alta e que enfrentam grandes encargos com as despesas do dia-a-dia, as prestações da casa e a criação dos filhos. O Governo deve continuar a optimizar a estrutura económica e a promover o desenvolvimento, melhorar a qualidade do emprego e o ambiente de trabalho dos trabalhadores locais, e optimizar as medidas benéficas à população, para atenuar a pressão económica e aumentar a felicidade dos residentes.

Assim, espero que o novo Governo ausculte activamente as opiniões da população e estude políticas e medidas favoráveis à economia e ao emprego:

Primeiro, o “Grande prémio para o consumo” termina no final deste ano, e vários residentes e lojistas concordam com as medidas do Governo para promover o consumo e aliviar a pressão dos residentes, e entendem que as mesmas surtiram efeitos positivos. As autoridades devem analisar e rever os efeitos do referido programa em relação à promoção do consumo em Macau, apoio ao desenvolvimento das PME e alívio da pressão dos residentes, assim como as razões pelas quais os residentes não conseguiram usufruir dos descontos, com a expectativa de, no próximo ano, serem lançadas mais medidas aperfeiçoadas de apoio económico.

Segundo, há que melhorar a estrutura económica e promover um desenvolvimento sinérgico e equilibrado dos sectores. O 5.º Governo apresentou a estratégia de desenvolvimento da diversificação adequada da economia “1+4”, e as indústrias chave têm o seu peso crescente na economia geral. As autoridades devem reforçar a orientação dos residentes para ingressar nas indústrias emergentes e focarem-se em aumentar a qualidade técnica dos operários, no sentido de promover um pleno emprego de alta qualidade e o desenvolvimento da diversificação adequada da economia, conjugando as tendências do

desenvolvimento industrial e a procura do mercado e reforçando a cooperação com empresas e associações, para organizarem, em conjunto, acções de formação profissional que correspondam às necessidades do desenvolvimento económico e reforçar a formação de quadros qualificados.

3. No terceiro trimestre deste ano, a mediana do rendimento mensal do emprego da população activa era de 18.000 patacas, registando-se uma ligeira subida em termos trimestrais. No entanto, na restauração e na construção civil esta mediana desceu 5 por cento e 9,4 por cento, para 9500 patacas e 14.500 patacas, respectivamente. O Governo deve prestar mais atenção aos salários, regalias e ambiente de trabalho dos trabalhadores, aperfeiçoar a política de emprego, melhorar os actuais fundos e planos de formação, reforçar o investimento na educação e em formação técnica, e elevar a competitividade dos trabalhadores. O Governo deve prestar especial atenção às dificuldades de emprego dos jovens e pessoas de meia-idade, e criar programas específicos para reforçar o seu apoio.

4. O Governo deve avaliar, periodicamente, a eficácia dos planos de revitalização das diversas zonas e, através desses projectos, melhorar as instalações e o ambiente dos bairros comunitários, com vista a impulsionar as PME e a aumentar as oportunidades de emprego dos trabalhadores locais, para a sociedade poder partilhar dos frutos do desenvolvimento económico.

IAOD do Deputado Lei Chan U em 16.12.2024

Envidar todos os esforços para avançar, em conjunto, rumo a um novo patamar em todos os aspectos da RAEM

O Conselho de Estado nomeou, recentemente, os titulares dos principais cargos e o Procurador do Ministério Público do VI Governo da RAEM, e espero que o novo Chefe do Executivo consiga liderar o novo Governo com dinamismo, inovação, responsabilidade, pragmatismo, empenho no desenvolvimento económico, na melhoria contínua da vida da população e na satisfação do desejo da população para uma vida melhor.

25 anos após a transferência da soberania, a causa “Um País, Dois Sistemas” tem sido um grande sucesso. No entanto, face às grandes mudanças do mundo nos últimos cem anos e às novas mudanças no ambiente interno e externo de Macau, especialmente aos diversos problemas e desafios consequentes do processo de recuperação económica após a epidemia, o novo Chefe do Executivo deve liderar a sua equipa para integrar e desempenhar, o mais rápido possível, o seu papel, assente no novo pensamento, novo conceito e novo caminho, unindo e dirigindo todos os sectores sociais para resolver os diversos problemas e contradições procedentes do caminho do desenvolvimento. Assim sendo, apresento quatro sugestões.

1. Reforçar a coesão da equipa de governação

Os trabalhadores da função pública são a base da acção governativa, sendo a coesão o laço que assegura a estreita cooperação e o empenho comum dos membros da equipa. Espero que o novo Chefe do Executivo una e lidere os trabalhadores, dando-lhes estímulos e vitalidade, e que desempenhe bem as suas funções e assuma a sua responsabilidade, para assegurar a implementação eficaz das linhas de acção governativa.

2. Reforçar a execução das políticas

A executoriedade assegura a concretização das decisões. Espero que o novo Chefe do Executivo continue a aprofundar a reforma da administração pública, a elevar a eficiência da governação e a promover a modernização do sistema e da capacidade de governação, para responder às novas mudanças e exigências do desenvolvimento da governação social. Deve ainda, designadamente, reforçar mais a consciência de responsabilidade, de assunção, de servidor público, de servir e de integridade dos trabalhadores da função pública, com vista a reforçar a executoriedade da equipa governativa.

3. Elevar a criatividade no âmbito da governação pública

A governação electrónica é um instrumento importante para a modernização do sistema e da capacidade de governação. Nos últimos anos, o Governo tem apostado na governação electrónica para otimizar a eficiência e os resultados da governação, através do desenvolvimento da “Conta única de Macau”, da “Plataforma para Empresas e Associações” e da “Assuntos Governamentais”, entre outras. Espero que o novo Chefe do Executivo

continue a promover a construção da cidade inteligente e, acompanhando a evolução dos tempos e da realidade, vá aperfeiçoando a governação electrónica, simplificando os procedimentos administrativos, para facilitar a vida aos cidadãos e ao sector empresarial, elevando a eficiência dos serviços governamentais. Ao mesmo tempo, há que criar canais diversificados para auscultar a sociedade e aproveitar as suas forças inovadoras, de modo a concretizar a “governação inteligente de forma coordenada” e a reforçar a eficiência da governação pública.

4. Definir políticas públicas que sirvam ainda melhor a população

Melhorar a qualidade de vida da população é uma tarefa nuclear da acção governativa. Espero sinceramente que o novo Chefe do Executivo reforce a comunicação com a sociedade através do bom uso dos mecanismos de recolha de opiniões, promova o desenvolvimento das associações e aproveite plenamente o papel das associações que amam a Pátria e Macau e dos conselhos consultivos enquanto elo de ligação, para ouvir as vozes da sociedade, acolher a sua sabedoria e reunir opiniões públicas, tomando-as como ponto de partida lógico para a definição das políticas públicas, no sentido de elevar a cientificidade das decisões do Governo e de aumentar a confiança e o espírito de solidariedade em relação ao Governo. Espero ainda que o Governo participe activamente na construção da Grande Baía e da Zona de Cooperação Aprofundada e acelere a promoção da diversificação adequada da economia, para elevar a qualidade do emprego e melhorar a qualidade de vida da população, aumentando assim os seus sentimentos de felicidade, de realização e de segurança.

IAOD do Deputado Leong Sun Iok em 16.12.2024

Juntos, concretizar o objectivo de “Macau feliz” do novo Governo

Macau está prestes a celebrar o 25.º aniversário do seu retorno à Pátria. Ao longo destes 25 anos, com o apoio do Governo Central, os esforços conjuntos do Governo e de todos os sectores da sociedade, Macau conseguiu um rápido desenvolvimento económico, social e cultural, um constante progresso na qualidade e elevação do nível de vida da população, e a implementação do princípio “Um País, Dois Sistemas” com características de Macau conseguiu um sucesso notável a nível mundial.

Fazendo uma retrospectiva dos últimos cinco anos, Macau defrontou uma súbita epidemia causada pelo novo tipo de coronavírus, enfrentando não só uma crise de saúde pública, mas ultrapassando também desafios severos, como a paralisação da economia. Mas, com os esforços conjuntos de todos os níveis da RAEM, Macau conseguiu superar uma série de dificuldades e adoptou medidas para promover a recuperação económica, fazendo com que a diversificação adequada da economia registasse progressos e conduzisse Macau a uma nova fase.

Macau está na fase de transferência entre dois mandatos do Governo, e a população exige mais capacidade de governação por parte do novo Governo, por isso, espero que este siga a filosofia de “trabalhar com espírito empreendedor e avançar juntos, persistir no caminho certo e apostar na inovação” apresentada na eleição, e, com base nos alicerces estabelecidos, se empenhe activamente em ouvir a opinião pública, corrigir as insuficiências e aumentar continuamente a capacidade de execução do Governo. Mais, há que dar importância à construção de uma sociedade íntegra, reforçar a governação nos termos da lei e defender a credibilidade do Governo da RAEM.

Actualmente, Macau está a promover o desenvolvimento da diversificação adequada da economia, mas há problemas objectivos, como a viabilidade, o impacto das políticas e a cooperação interdepartamental, etc. Mais, a fim de atingir verdadeiramente o objectivo de optimização da estrutura económica, é ainda necessário saber que sectores do desenvolvimento das indústrias “1 + 4” estão de acordo com a situação real e conseguem articular-se com o desenvolvimento nacional. No entanto, a RAEM ainda não consegue acompanhar o ritmo do desenvolvimento socioeconómico no âmbito dos regimes jurídicos, das infra-estruturas e da formação de talentos, portanto, o Governo tem de resolver estes problemas, pois só assim é possível ultrapassar os actuais obstáculos ao desenvolvimento.

É importante notar que, embora os trabalhos gerais relacionados com a vida da população se tenham desenvolvido a bom ritmo, ainda houve algumas contradições e problemas profundos ao longo dos anos, incluindo em aspectos como a habitação, o emprego, o transporte, a educação, o bem-estar social e o ambiente de negócios das pequenas e médias empresas, etc. Com a nova equipa do Governo da RAEM a ser formada sucessivamente, espero que os governantes continuem a aprofundar os trabalhos

comunitários e, através da realização de inquéritos e estudos, a aproximar-se da população e a conhecer as necessidades reais dos diversos sectores da sociedade, servindo aqueles como referência importante para o Governo na tomada de decisões, unindo os corações das pessoas e criando nos residentes um sentimento de segurança, felicidade e pertença.

IAOD do Deputado Lam Lon Wai em 16.12.2024

Acompanhamento contínuo da situação de emprego das mulheres e elevação da sua qualidade de vida e do seu sentimento de felicidade

Nos últimos anos, a mudança da estrutura demográfica, a queda da taxa de natalidade, o agravamento do envelhecimento da população e a redução do rendimento de algumas famílias na sequência da reconversão económica, entre outros factores, causaram impacto no mercado de trabalho e na economia de Macau. Segundo o “Relatório sobre a Condição da Mulher em Macau” dos últimos anos, em 2021, a taxa de actividade dos residentes locais do sexo feminino era de 59,2 por cento e a do sexo masculino, de 67,2 por cento, ou seja, a taxa de actividade das mulheres era inferior à dos homens, e muitas mulheres de 35 a 54 anos, por necessitarem de cuidar de familiares, incluindo idosos e crianças com limitações físicas e psicológicas, não tinham emprego a tempo inteiro. Assim, mesmo que as mulheres tenham acesso, em pé de igualdade, a cargos superiores ou a melhores condições de trabalho, estas, assumindo as tarefas domésticas, provavelmente não conseguem competir com os outros devido a motivos familiares.

Segundo alguns estudos, a eliminação de todas as disparidades de género no emprego pode levar a um aumento do PIB “per capita” de quase 20 por cento. Isto demonstra que as mulheres, para além de serem um pilar importante da família e dos filhos, constituem também uma força importante para o desenvolvimento socioeconómico e um elo chave para a promoção do progresso global da sociedade. Desde o estabelecimento da RAEM, o Governo tem adoptado várias medidas para salvaguardar os direitos e interesses das mulheres, elevando o seu estatuto social, a participação na sociedade e o nível de educação. Mas os direitos e interesses laborais das mulheres ainda precisam de ser melhorados, por exemplo, o número de dias de licença de maternidade legalmente fixado é inferior ao nível internacional e ao das trabalhadoras da Função Pública.

Pelo exposto, sugiro que se adoptem medidas diversificadas para apoiar as mulheres a enfrentarem as dificuldades com que se deparam ao concorrerem no mercado de trabalho:

Primeiro, quanto ao sistema jurídico, o Governo deve, em tempo oportuno, aperfeiçoar e rever os diplomas legais relativos às diversas garantias e, tendo em conta os “Objectivos do Desenvolvimento das Mulheres de Macau”, reforçar as garantias laborais para as grávidas, parturientes e recém-nascidos, e ainda melhorar o horário de amamentação, o horário de trabalho flexível e as licenças para cuidar de bebés ou de familiares, a fim de concretizar a uniformização dos dias de licença de maternidade nos serviços públicos e privados, optimizando ainda mais as condições laborais das mulheres.

Segundo, em termos de políticas amigáveis, o Governo deve aumentar e alargar o sistema de apoio aos serviços sociais. Nos últimos anos, o Governo optimizou os serviços das creches, com um número total de vagas suficiente, e coordenou com as creches subsidiadas o seguimento do “Regime de admissão prioritária das crianças de famílias em situação vulnerável nas creches”, a fim de ajudar as famílias com dificuldades. Mas as famílias em que ambos os elementos do casal trabalham e as que trabalham por turnos

continuam a necessitar de creches, especialmente para as crianças de três meses a um ano, sem vagas suficientes nas “turmas para bebês”. Sugere-se ao Governo que reforce os serviços comunitários e aumente, de forma adequada, o número de vagas das “turmas para bebês”, destinadas às crianças com idade inferior a um ano, para que os cuidadores ou as famílias em que ambos os elementos do casal trabalham possam obter apoio adequado.

Com o aumento do número de famílias em que ambos os elementos do casal trabalham, nos futuros planeamentos para o desenvolvimento familiar dos bairros comunitários, devem ser aumentados os direitos e interesses laborais das mulheres, partilhando e prestando atenção às pressões que elas enfrentam, e ainda adoptadas políticas amigáveis para apoiar a sua situação de emprego, pois só assim se pode promover o seu desenvolvimento, elevar a sua qualidade de vida e o seu bem-estar, e criar, em conjunto, um ambiente social harmonioso e inclusivo.

IAOD do Deputado Chui Sai Peng Jose em 16.12.2024

Aproveitar a força da Academia Chinesa de Ciências para construir um novo patamar para a investigação científica em Macau

Em meados de Novembro, realizou-se em Nansha, Cantão, o Fórum de Ciência da Grande Baía de 2024, no qual uma instituição de investigação científica de nível nacional, representada pela Academia Chinesa de Ciências, trouxe para a Grande Baía uma vasta quantidade de projectos e resultados científicos de vanguarda, com mais de 240 resultados científicos e tecnológicos em seis áreas, que abrangem a informação aérea, os equipamentos de alto nível e a fabricação inteligente, com o objectivo de procurar oportunidades de implementação na Grande Baía. Isto demonstra não só o reconhecimento da Academia Chinesa de Ciências pelo ambiente de investigação científica da Grande Baía, mas também a sua determinação em reforçar a inclinação para a investigação científica. É de salientar que a cooperação entre a Academia Chinesa de Ciências e a Província de Guangdong já proporcionou uma vasta experiência, tendo sido criados vários institutos de investigação em conjunto, o que constitui uma base sólida para promover a integração profunda entre a inovação científica e tecnológica e a inovação industrial.

Sendo um dos pontos importantes do “corredor de inovação científica e tecnológica” da Grande Baía, a aceleração da elevação da capacidade de inovação científica e tecnológica de Macau é muito importante para o desenvolvimento de toda essa Baía. Mais, desde a integração das indústrias de alta e nova tecnologia nas quatro principais indústrias de desenvolvimento para a promoção da diversificação adequada da economia, o Governo tem-se empenhado no aperfeiçoamento do sistema de inovação científica e tecnológica, e na optimização de um ambiente de desenvolvimento inovador, com o lançamento de programas de certificação de empresas tecnológicas, de benefícios fiscais para empresas tecnológicas e de um regime para a captação de quadros qualificados, etc. Isto permitiu aos diversos sectores da sociedade aperceberem-se gradualmente de que o desenvolvimento científico e tecnológico é um elemento chave para o desenvolvimento diversificado. Em relação ao sector científico e tecnológico, chegou-se há muito a um consenso sobre a importante tarefa de apoiar a diversificação industrial através de uma indústria de alta e nova tecnologia.

Tendo em conta a promoção activa da investigação científica pela Academia Chinesa de Ciências na Grande Baía e a necessidade premente de Macau acelerar o desenvolvimento da inovação tecnológica, apelo ao Governo que tome a iniciativa de negociar e cooperar com a Academia para o estabelecimento de um instituto de investigação em Macau, de modo a, por um lado, poder servir como base importante para a construção do Corredor de Inovação Tecnológica Guangzhou-Shenzhen-Hong Kong-Macau e, por outro, preencher a lacuna industrial de longa data no domínio dos institutos de investigação em Macau e acelerar o crescimento da indústria local de tecnologia de ponta. O rumo da cooperação do Instituto pode basear-se nas necessidades do País e tirar partido das vantagens próprias de Macau, que se caracterizam por um elevado grau de abertura e de tolerância social, bem como da sabedoria colectiva para promover a cooperação.

Em concreto, o instituto de investigação a criar por Macau e pela Academia pode centrar-se em três aspectos: primeiro, promover a transformação e a aplicação das realizações científicas e tecnológicas, e orientar, tendo em conta as necessidades industriais de Macau e da Grande Baía, a concretização e a comercialização das realizações científicas e tecnológicas de ponta do País; segundo, reforçar a formação e o intercâmbio de talentos no domínio da investigação científica e aumentar o profissionalismo e a visão internacional dos investigadores científicos locais através da criação de laboratórios conjuntos e da organização de intercâmbios académicos; terceiro, promover a cooperação e intercâmbios científicos e tecnológicos internacionais e tirar partido da influência internacional da Academia e do papel de ligação de Macau entre o ciclo doméstico e o ciclo internacional, a fim de atrair mais recursos e projectos científicos e tecnológicos internacionais para se estabelecerem na Grande Baía através de Macau, de modo a acelerar a criação de um centro internacional de inovação tecnológica na Grande Baía.

Espero que, através de uma cooperação aprofundada com a Academia, a indústria de inovação científica e tecnológica de Macau tenha perspectivas de desenvolvimento mais alargadas. Desta forma, todos os sectores da sociedade de Macau podem unir-se, incluindo os profissionais da ciência e da tecnologia, para promover, através do aproveitamento da força motriz da inovação científica e tecnológica, o desenvolvimento socioeconómico global de Macau e contribuir para a concretização do objectivo da nossa Pátria de construção de uma “potência científica e tecnológica”.

IAOD do Deputado Zheng Anting em 16.12.2024

Aperfeiçoar o *hardware* e o *software* do Hospital das Ilhas e acelerar a construção de “saúde + turismo”

Nos últimos anos, o turismo médico desenvolveu-se rapidamente ao nível mundial, e muitos países e regiões estão empenhados na criação dos respectivos serviços específicos. A entrada em funcionamento do Hospital das Ilhas traz, sem dúvida nenhuma, novas oportunidades de desenvolvimento para o sistema e a indústria médica de Macau, permitindo a criação da indústria “saúde + turismo” e, ao mesmo tempo, que a *big health* passe a ser um novo ponto de avanço na diversificação da economia.

Em comparação com outras regiões, Macau tem mais vantagens e recursos para desenvolver o turismo de saúde, por exemplo, o actual mecanismo de importação de medicamentos e as instalações dos grandes *resorts* podem contribuir para promover o seu desenvolvimento. Mas, neste momento, o turismo de saúde está ainda numa fase inicial de desenvolvimento e depara-se com problemas de urgente resolução, como a melhoria de serviços e a formação de quadros qualificados.

O Complexo de Cuidados de Saúde das Ilhas – Centro Médico de Macau do Peking Union Medical College Hospital - entrou em funcionamento experimental no final do ano passado, ou seja, há cerca de um ano, mas, por enquanto, este hospital tem apenas 25 serviços de consultas externas de especialidade, e cada especialidade tem um só médico para prestar serviços. Especialmente na medicina estética, que é economicamente mais rentável, também só há um dermatologista e um cirurgião plástico, sendo, por isso, difícil satisfazer as futuras necessidades dos clientes do Interior da China e do estrangeiro. Na minha opinião, o Hospital das Ilhas deve aumentar, quanto antes, os recursos humanos e os equipamentos de *hardware* e *software*, e devem ser alargados os serviços de especialidade, os exames médicos e os serviços de estética do Centro Internacional de Saúde, para maximizar os efeitos da marca Union, atraindo clientes do Interior da China e do exterior para receberem cuidados de saúde em Macau. Mais, espero que o Governo adopte políticas de apoio ao desenvolvimento da medicina estética e que atraia mais médicos de renome desta área para Macau, para formar talentos locais.

Por seu turno, para desenvolver o sector da “saúde + turismo”, é indispensável a articulação entre o sector da saúde e o sector do turismo, isto é, são necessários profissionais e serviços específicos de qualidade, e Macau tem pouca experiência neste tipo de integração intersectorial. A meu ver, o Governo deve lançar medidas para reforçar a cooperação e a integração entre estas duas indústrias, para promover conjuntamente o desenvolvimento sustentável do turismo e da saúde.

Além disso, concordo plenamente com a ideia do Governo de transformar o “Hospital das Ilhas” num hospital que segue o rumo da digitalização, do desenvolvimento do *networking* e da inteligência. Como são muitas as especialidades que necessitam de consultas periódicas e prolongadas, para os turistas que não conseguem deslocar-se a Macau ou para os idosos com dificuldades de deslocação, se as consultas e o acompanhamento

(Tradução)

puderem ser realizados à distância, isso vai facilitar bastante a sua vida. Assim, sugiro ao Governo que aproveite plenamente os meios informáticos, para prestar aos doentes serviços de “consulta à distância”, “exame à distância” e “levantamento inteligente de medicamentos”, para acelerar o respectivo processo de consulta e elevar a sua conveniência.

IAOD do Deputado Ma Chi Seng em 16.12.2024

Apoio à construção da “Cidade Cultural da Ásia Oriental” de 2025

Recentemente, Macau foi seleccionada como “Cidade Cultural da Ásia Oriental” para 2025, passando a ter mais um “cartão-de-visita dourado” como metrópole internacional. Por iniciativa da China, Japão e Coreia do Sul, estes procederam, em conjunto, à selecção e nomeação das “Capitais Culturais da Ásia Oriental”, o primeiro evento internacional deste tipo que se reveste de elevado nível, com vasto leque de destinatários e grande impacto. O facto de a RAEM ter ganhado esta honra revela o reconhecimento do sucesso da construção de Macau como “base de intercâmbio e cooperação para a promoção da coexistência multicultural, com predominância da cultura chinesa”, bem como contribui para elevar o encanto e a reputação internacional de Macau.

Segundo o Governo da RAEM, este vai aproveitar as vantagens de Macau como elo de ligação importante da iniciativa “Uma Faixa, Uma Rota” para reforçar o intercâmbio cultural e humanístico internacional, e sob o tema “Encontro do Oriente com o Ocidente e harmonia asiática” vai avançar com uma série de planos anuais de actividades, abrangendo exposições culturais de grande envergadura, conferências internacionais, exposições e espectáculos envolvendo o património cultural intangível, eventos culturais, desportivos e turísticos, etc., a fim de aprofundar o papel de Macau como “base de intercâmbio e cooperação para a promoção da coexistência multicultural, com predominância da cultura chinesa”, promovendo o intercâmbio e a aprendizagem mútua entre as civilizações chinesa e estrangeira.

O posicionamento do desenvolvimento de Macau “Um Centro, Uma Plataforma, Uma Base”, para além das vantagens humanistas resultantes da fusão das culturas chinesa e ocidental, também incide no aperfeiçoamento gradual do sistema de serviços culturais públicos e na construção de instalações. Em relação à criação da “Cidade Cultural da Ásia Oriental” em 2025, apresento as três sugestões seguintes:

Primeiro, reforçar a formação de quadros qualificados na área cultural e promover o desenvolvimento das indústrias culturais de Macau. Os talentos são a base do desenvolvimento das indústrias, por isso, para além de propor a importação de profissionais com experiência na área das indústrias culturais, o Governo deve reforçar a formação de talentos locais nesta área. Por exemplo, cooperar com as instituições de formação profissional que reúnam condições para promover a cooperação entre as escolas e as empresas na criação conjunta de talentos culturais; elaborar um mecanismo de identificação, avaliação e incentivo aos talentos culturais e criativos, a fim de criar um sistema mais completo de talentos, angariando, assim, quadros qualificados para o desenvolvimento próspero das indústrias culturais de Macau.

Segundo, há que reforçar a cooperação e intercâmbio cultural com Japão e Coreia do Sul, em articulação com o desenvolvimento da “Cidade do espectáculo”. Para além de convidar os artistas japoneses e coreanos para festivais de música ou de arte e demais actividades culturais, uma prática que se tem adoptado no passado, há que convidar, caso as condições assim o permitam, as equipas de filmagem do Japão e da Coreia do Sul para realizar filmagens em Macau, o que pode ajudar o desenvolvimento das indústrias culturais e criativas locais e reforçar a influência cultural de Macau na Ásia, criando assim o efeito da marca de Macau no âmbito da cultura e arte.

Terceiro, há que assegurar bem os trabalhos da “Cultura +” e aprofundar os projectos culturais e turísticos com características próprias de Macau. Macau deve continuar a assegurar bem a preservação e gestão do património cultural, quer tangível quer intangível, e a desenvolver as vantagens humanísticas de Macau, isto é, as de convergência das culturas chinesa e ocidental. Mais, há que, em conjugação com o desenvolvimento e o modelo de consumo decorrentes da plena integração entre, por exemplo, “Cultura + Tecnologias”, “Cultura + Desporto”, “Cultura + Turismo”, etc., atrair mais turistas para Macau, a fim de injectar uma nova dinâmica no desenvolvimento cultural e turístico de Macau.

IAOD do Deputado Leong Hong Sai em 16.12.2024

Promover o desenvolvimento dos serviços sociais e construir um governo harmonioso em prol do bem-estar da população

A “Decisão sobre um maior aprofundamento integral da reforma em busca da modernização chinesa”, da 3.^a Sessão Plenária do 20.º Comité Central do Partido Comunista da China, refere que se deve estabelecer um sistema aperfeiçoado de apoio e de serviços ao desenvolvimento demográfico, e promover um desenvolvimento demográfico de alta qualidade, portanto, isto é uma orientação importante para o desenvolvimento do país. O Senhor Chefe do Executivo eleito, Sam Hou Fai, afirmou que, com o desenvolvimento socioeconómico, existem muitas deficiências no bem-estar da população. Nos próximos cinco anos, o Governo deve envidar todos os esforços para assegurar e melhorar o bem-estar da população, elevar continuamente a sua qualidade de vida e aperfeiçoar os regimes e sistemas relacionados, incluindo a optimização dos serviços sociais, com o objectivo de aumentar os sentimentos de pertença, felicidade e segurança da população. Assim, a optimização do sistema de serviços sociais torna-se premente.

O aperfeiçoamento do desenvolvimento dos serviços sociais contribui para a criação de uma sociedade harmoniosa, sendo a pedra basilar para a promoção do desenvolvimento sustentável e estável da sociedade, por isso, apoio plenamente as políticas do país e as Linhas de Acção Governativa do novo Governo da RAEM. Pelo exposto, sugiro o seguinte:

1. Nas “Linhas Gerais do Planeamento para o Desenvolvimento da Grande Baía”, refere-se o incentivo ao reforço da cooperação entre o sector de assistência social de Hong Kong, de Macau e do Interior da China, na procura de um maior bem-estar para a sociedade. Por isso, o Governo deve implementar o espírito da 3.^a Sessão Plenária, aproveitar as vantagens da política “Um País, Dois Sistemas”, participar activamente no desenvolvimento dos serviços sociais da Grande Baía, estudar em conjunto para enfrentar o futuro e contribuir para a construção de uma sociedade harmoniosa, a fim de permitir que Macau desempenhe melhor o seu papel regional e funcional na construção e no rejuvenescimento nacional.

2. Nos últimos anos, têm sido muitas as vozes da sociedade sobre o aumento dos benefícios sociais, como a pensão para idosos, o subsídio para idosos e os vales de saúde e, segundo o próximo Chefe do Executivo, estas medidas vão ser melhoradas, e manifesto as minhas profundas expectativas quanto a isso. Os serviços sociais incluem, em grande medida, o tratamento de reabilitação mental, e o Serviço de Psiquiatria envolve várias especialidades e abrange também as entidades prestadoras dos serviços de apoio comunitário de Macau. Assim, espero que o Governo distribua de forma razoável e justa os recursos humanos e terapêuticos, para fornecer tratamento e apoio suficiente e adequado à reabilitação mental dos residentes; e ajude os residentes a enfrentar crises e situações do foro psicológico no local de trabalho e nas escolas, disponibilizando-lhes recursos e aplicações para criarem um “ambiente amigável”, pois só assim é que se pode construir uma rede saudável de saúde mental em Macau.

3. O Governo, para além de promover a transformação digital dos serviços sociais, presta ainda atenção oportuna ao abismo digital que os grupos vulneráveis enfrentam, congrega os esforços do sector e das instituições de serviço social, desenvolve sinergias, promove mais medidas e actividades de integração digital, para os idosos e os grupos em situação vulnerável poderem gozar de direitos cívicos iguais, e congrega os esforços dos cidadãos e de todos os sectores da sociedade para com o Governo, a fim de promover a implementação estável e duradoura da acção governativa do novo Governo, nos termos da lei.

Por último, espero que o Governo, em conjugação de esforços com todos os sectores da sociedade, reforce o desenvolvimento dos serviços sociais, construindo, em conjunto, uma cidade feliz e segura.

IAOD do Deputado Ngan Iek Hang em 16.12.2024

Melhoria da construção da “Cidade das artes do espectáculo”

Segundo informações recentes do Governo, em 2023, este e algumas empresas privadas organizaram mais de 2 mil espectáculos de grande dimensão e mais de 10 mil actividades artísticas e culturais, que contaram com cerca de 20 milhões de espectadores. A “economia de concertos” está na moda em todo o mundo, e “viajar para participar em concertos” tornou-se numa nova tendência nos dias de hoje. No ano passado, as empresas de turismo e lazer integrado de Macau organizaram muitos concertos grandes que contaram com um milhão de espectadores e geraram cerca de 1,1 mil milhões de patacas com a venda de bilhetes, demonstrando os efeitos económicos dos concertos e os seus benefícios consideráveis para outros sectores.

O Governo tem promovido a construção da “Cidade das artes do espectáculo”, este ano, já foi criado o Local de Espectáculos ao Ar Livre, com capacidade para cerca de 50 mil espectadores, e com a recente entrada em funcionamento da Linha de Hengqin e das políticas anunciadas pelo Governo Central sobre “uma entrada em Macau por semana” para os residentes de Zhuhai e “múltiplas entradas” para os residentes de Hengqin, não há dúvida de que mais turistas vão ser atraídos até Macau para assistir a concertos. Assim, para promover melhor a construção da “Cidade das artes do espectáculo” através da indústria dos espectáculos culturais e de entretenimento, gostaria de apresentar as seguintes sugestões:

1. O Governo deve organizar bem as diversas instalações complementares, incluindo o parque de estacionamento, as casas de banho, os comeres e bares, as instalações de protecção contra o sol e a chuva, os espaços de venda, etc., e que estude a viabilidade de abrir o auto-silo da Nave Desportiva dos Jogos da Ásia Oriental e os seus espaços ao ar livre, durante a realização de concertos, para aliviar a pressão da concentração de pessoas nas zonas de exposições ao ar livre e estudar a criação de mais oportunidades para as PME locais poderem participar. O Governo deve aproveitar as experiências do primeiro concerto de “aquecimento”, no dia 28 de Dezembro, e dos grandes concertos realizados noutras regiões, para depois aperfeiçoar as orientações sobre o trânsito e transportes, incluindo os veículos particulares, autocarros e metro ligeiro, entre outros meios, para redireccionar rapidamente as pessoas e garantir a segurança das actividades. Espero que, a longo prazo, os trabalhos melhorem durante o período experimental de um ano, e que, em conjunto com os diversos sectores e em conjugação com outros pontos turísticos e actividades comunitárias, se proporcionem experiências ricas para o “turismo de concertos”, impulsionando-se desse modo o desenvolvimento da cultura e da economia locais.

2. Na construção da “Cidade do Espectáculo”, os quadros qualificados são extremamente importantes, por isso, o Governo deve reforçar a formação de profissionais locais para as artes performativas e para os trabalhos de bastidores, pois o aumento drástico do número de espectáculos a ter lugar no território vai exigir mais pessoal técnico e especializado em palco, iluminação, som, etc., pessoal este que precisa de muita prática. Assim sendo, há que organizar mais cursos e acções de formação e, através da cooperação com equipas de espectáculos de renome internacional, introduzir mais actividades de alto

nível, para os profissionais locais terem oportunidade de observar, aprender directamente, e participar, promovendo-se assim o seu crescimento.

3. Face à especulação e às burlas com os bilhetes dos concertos mais procurados, o Governo deve dar importância à fiscalização da venda de bilhetes e estudar formas de incentivar as entidades organizadoras e as plataformas de venda de bilhetes a optimizarem o seu trabalho, para salvaguardar quer a privacidade, quer os direitos e interesses dos consumidores, quer ainda a boa imagem de Macau.

IAOD do Deputado Ma Io Fong em 16.12.2024

Aperfeiçoar o planeamento sobre a construção de instalações livres de barreiras arquitectónicas e criar uma sociedade inclusiva para as pessoas com deficiência

O “Planeamento dos Serviços de Reabilitação para o Próximo Decénio (2016-2025)” é um projecto importante do Governo para apoiar a reabilitação e a integração social das pessoas portadoras de deficiência. Segundo a Comissão para os Assuntos de Reabilitação, com a cooperação dos diversos serviços públicos, foram concluídas 285 medidas de curto e médio prazo e 72 das 81 medidas de longo prazo, atingindo-se uma taxa de conclusão de 97,5%. A Comissão tem confiança na conclusão de todas as medidas do planeamento decenal durante o prazo previsto. Segundo o recente relatório do Comissariado de Auditoria, existem muitos problemas na concretização da construção de instalações livres de barreiras arquitectónicas para os deficientes visuais, ou seja, o planeamento é ambíguo, e a calendarização da sua concretização, a divisão e a execução dos trabalhos não são claras. Mais, o mecanismo de cooperação interdepartamental deve ser optimizado, portanto, as opiniões em causa merecem a atenção do Governo, que deve proceder aos devidos aperfeiçoamentos.

Segundo os dados do Instituto de Acção Social (IAS), até 30 de Setembro de 2024, havia 18 531 portadores de “Cartão de registo de avaliação de deficiência” válido, e se a isto se juntar a tendência de envelhecimento da população de Macau, pois os idosos já representam mais de 14 por cento da população, as necessidades de instalações complementares e infra-estruturas livres de barreiras arquitectónicas só vão aumentar. De facto, os diversos sectores sociais têm apresentado as suas opiniões e solicitações sobre o assunto, e espera-se do Governo uma visão prospectiva e empenho na organização, plena e activa, do plano de trabalho da próxima fase, para se concretizar o conceito de desenvolvimento social assente na igualdade de direitos e na integração.

Assim sendo, apresento as seguintes sugestões:

1. Aperfeiçoar o planeamento das instalações livres de barreiras e definir um plano fiável

O Planeamento dos Serviços de Reabilitação para o Próximo Decénio está a terminar. Para aperfeiçoar o plano de promoção da integração de pessoas com e sem deficiência, há que avançar, quanto antes, com a revisão e o balanço sobre o plano da próxima fase, e, com base nos três rumos prioritários definidos, isto é, a tecnologia inteligente, as instalações livres de barreiras e o ambiente social inclusivo, há que definir, em forma de itens de trabalho, objectivos, indicadores e calendarização mais claros e pormenorizados. Entretanto, o plano deve ter em conta a viabilidade de participação das associações, empresas e instituições e, sob o princípio do bom aproveitamento do erário público, devem ser proporcionados incentivos, alargando assim a cobertura das instalações e serviços livres de barreiras.

2. Legislar quanto antes para definir e regulamentar a construção de instalações livres de barreiras arquitectónicas

A lei da “supressão de barreiras arquitectónicas” é a principal lei sobre a construção de instalações livres de barreiras em Macau, entrou em vigor há mais de 40 anos, já está desactualizada em muitas matérias, e a maioria das normas destinadas às obras não tem força vinculativa. Perante isto, o Governo elaborou e lançou, em 2017, as “Normas arquitectónicas para a concepção de design universal e livre de barreiras na RAEM”, que, contudo, não são vinculativas, e só se aplicam às obras públicas e a algumas empresas de grande dimensão. As autoridades devem, de acordo com o plano definido para a implementação das “Normas”, concluir, no próximo ano, o balanço das experiências de execução, devem tomar como referência a “Lei da construção de um ambiente sem barreiras da República Popular da China”, e através da revisão e elaboração da lei ou de outras formas melhores, devem exigir que todas as obras locais cumpram as disposições legais na concepção e construção, e promovam a optimização das instalações livres de barreiras em todos os edifícios de Macau.

3. Rever e optimizar o mecanismo de cooperação e apreciação interdepartamental

O Governo deve fazer um balanço, rever o actual mecanismo de coordenação interdepartamental, estabelecer uma divisão clara de tarefas em relação aos trabalhos planeados, e considerar elaborar uma lista dos trabalhos necessários, para reduzir quer os que só podem ser efectuados com a colaboração de diferentes serviços quer os respectivos custos administrativos, e aumentar a eficácia, com vista a apoiar os serviços públicos na concretização ordenada dos objectivos definidos. O Governo deve ainda acelerar a implementação do mecanismo de responsabilização, prémios e punições, definido no passado para a cooperação interdepartamental, no sentido de clarificar as competências e responsabilidades de cada serviço e aperfeiçoar o regime de incentivos e supervisão dos trabalhos interdepartamentais.

IAOD do Deputado Ip Sio Kai em 16.12.2024

Aprofundar a cooperação com as instituições de investimento, para acelerar o desenvolvimento das indústrias “1 + 4”

O Governo Central atribuiu a Macau o posicionamento de “um Centro, uma Plataforma, uma Base”, e definiu claramente a promoção da diversificação adequada da economia como tarefa indispensável. Para promover melhor o desenvolvimento da diversificação adequada da economia, sugiro a criação de um mecanismo eficaz para os investimentos do Governo, com vista a maximizar o efeito de alavancagem dos fundos financeiros, a fomentar novas indústrias, a impulsionar e orientar mais investimentos sociais, a melhorar a eficiência da utilização dos fundos financeiros e a garantir as suas preservação e valorização.

Primeiro, há que criar um fundo de orientação industrial enquanto meio importante para, através do capital social, o Governo apoiar o desenvolvimento das indústrias, conduzindo esse capital para as principais áreas e indústrias. Isto permite que o foco incida sobre as vantagens das indústrias e permite clarificar o âmbito do investimento, servindo de “incubadora” para as indústrias emergentes. O fundo de orientação industrial deve articular-se com a estratégia de desenvolvimento económico e o planeamento industrial de Macau, para a sociedade ficar a conhecer claramente o rumo e a estratégia do investimento industrial. Para as indústrias como a tecnologia de ponta, medicina tradicional chinesa e macro saúde, as actividades de investigação e inovação são caracterizadas pela incerteza na produção, e implicam investimentos avultados e longos ciclos de retorno, portanto, é preciso o apoio de políticas e de finanças públicas que forneçam continuamente parte do capital, e ainda, recorrer ao fundo de orientação industrial para movimentar o capital social para suportar os riscos de erro e fracasso na inovação, por forma a desenvolver o papel de orientador de valor e estratégia, cultivando o capital e a paciência.

Segundo, há que explorar várias formas de investimento, em prol da criação de um "impulsionador" para o desenvolvimento de projectos importantes. Através do fundo de orientação industrial podem ser criados, cuidadosamente e de acordo com as diversas fases de desenvolvimento das empresas, diferentes tipos de subfundos, por exemplo, um fundo de anjos para as empresas recém-criadas, para lhes prestar apoio financeiro e orientação na fase inicial da criação de negócios, bem como fundos destinados às empresas em fase de crescimento e desenvolvimento, ajudando-as a crescer e a elevar a sua competitividade. Pode ainda recorrer-se às estratégias de investimento por classificação, para promover a implementação de grandes projectos com competitividade nuclear e potencial de desenvolvimento e crescimento, apoiando o desenvolvimento e crescimento dos aglomerados industriais. Com o apoio do capital do Governo, contribui-se para a promoção da captação de investimentos para Macau, concretizando-se o objectivo de “promover a captação de investimentos através do investimento”.

Terceiro, incentivar a participação do capital social, enquanto “ímã para atrair dinheiro”, para apoiar o empreendedorismo e o desenvolvimento industrial. O Governo pode estudar sobre a criação de um mecanismo de concessão de lucros, para atrair a participação das

instituições financeiras, tais como, bancos, seguradoras, empresas de valores mobiliários, etc., para aumentar o entusiasmo do capital social na participação nos fundos de investimento do Governo e criar uma atmosfera de investimento em que “os fundos do Governo orientam e o capital social segue”.

As instituições líderes de investimento podem contribuir para o desenvolvimento industrial. O Governo deve então reforçar a cooperação com essas instituições líderes, para acelerar o desenvolvimento da diversificação adequada da economia. Primeiro, para obter informações sobre as transacções mais avançadas do mercado, pode-se, através do reforço de intercâmbios, obter sugestões profissionais, resolvendo efectivamente a assimetria das informações das empresas e elevando a eficácia das actividades governamentais na captação de investimentos. Segundo, atrair empresas de qualidade para entrarem em Macau e na Zona de Cooperação Aprofundada, através da influência dos investidores das instituições líderes de investimento. Terceiro, promover a cooperação entre os investidores de Macau, que é local de reunião dos chineses ultramarinos, e as instituições privadas com bom desempenho. E quarto, apoiar o Governo a introduzir líderes e profissionais de alto nível necessários para o desenvolvimento das indústrias-chave.

IAOD do Deputado Wu Chou Kit em 16.12.2024

O princípio “Um País, Dois Sistemas” é fundamental para a prosperidade e estabilidade contínuas de Macau.

Hoje, o tema da minha intervenção de antes da ordem do dia é: o princípio “Um País, Dois Sistemas” é fundamental para a prosperidade e estabilidade contínuas de Macau!

Este ano assinalam-se os 75 anos da fundação da Pátria e os 25 anos do retorno de Macau à Pátria. Fazendo uma retrospectiva, desde o retorno à Pátria em 1999, Macau, com o forte apoio do Governo Central, os esforços conjuntos dos Chefes do Executivo e das chefias dos 5 Governos da RAEM, a plena cooperação de todos os funcionários públicos e o apoio do público em geral, conseguiu alcançar resultados notáveis em termos de desenvolvimento da economia e das infra-estruturas!

É claro que, ao longo destes 25 anos, Macau não passou por tudo sempre de “vento em popa”, tendo enfrentado, sucessivamente, a crise da recessão económica mundial, a ocorrência de grandes desastres naturais e o tempo de desafio proveniente da pandemia causada pelo novo tipo de coronavírus, que durou três anos. Os Chefes do Executivo e os titulares dos principais cargos do Governo lançaram, em tempo oportuno, políticas adequadas, não só para resolver eficazmente a crise, como também para trazer Macau para um novo patamar. Isto demonstra que os Chefes do Executivo e as suas equipas conseguiram ultrapassar os desafios, sem ter medo das dificuldades, e têm vindo a construir uma base sólida, “grossa” e forte, mas com “elasticidade”, para Macau. Mais, também tiveram a coragem de enfrentar os desafios e impactos encontrados no processo de desenvolvimento de Macau.

De facto, ao longo dos 25 anos desde o retorno de Macau à Pátria, a prosperidade, a estabilidade e os resultados económicos alcançados por Macau são inseparáveis do apoio e da confiança do Governo Central, sendo aqueles consequência da insistência de Macau na implementação de “Um País, Dois Sistemas” e de “Macau governado por patriotas”.

“Um País, Dois Sistemas” é uma vantagem especial de Macau e o eixo nuclear que sustenta a sua estabilidade e prosperidade. Com o apoio constante do Governo Central e as políticas de diversificação adequada da economia “1+4” e “Um Centro, Uma Plataforma, Uma Base”, ao que acresce ainda uma série de estratégias, como a aceleração da integração de Macau no enquadramento de desenvolvimento do País, o desenvolvimento acelerado da integração entre Hengqin e Macau, etc., temos a confiança de que Macau vai manter uma prosperidade e estabilidade permanentes, com um persistente desenvolvimento económico!

Com a implementação da estratégia de desenvolvimento da Grande Baía, sobretudo da construção da Zona de Cooperação Aprofundada, os residentes de Macau têm novas oportunidades de desenvolvimento. A exploração em Hengqin promoveu a diversificação adequada da economia de Macau, e o relacionamento estreito entre Hengqin e Macau contribui para o intercâmbio entre os quadros qualificados, a cooperação ao nível das tecnologias e a partilha dos recursos.

No futuro, Macau pode aproveitar as oportunidades de desenvolvimento de Hengqin e as suas relações singulares com os países de língua portuguesa, participar na construção de “Uma Faixa, Uma Rota”, servir de ponte entre a China e os países lusófonos, e promover a cooperação e o desenvolvimento na área da construção e engenharia entre esses países, nomeadamente, Portugal, Brasil, Moçambique e Angola. Através da participação activa, da inovação e do esforço, Macau pode desempenhar, no palco mundial, um papel importante no intercâmbio cultural entre a China e o Ocidente. Mais, ao potenciar as vantagens de “Um País, Dois Sistemas”, Macau pode, através do princípio “servir o País com as vantagens de Macau”, encontrar o seu posicionamento no desenvolvimento do País e no contexto da globalização, e concretizar o desenvolvimento sustentável e a cooperação internacional de alto nível, para alcançar prosperidade e estabilidade a longo prazo!

Por último, gostaria de felicitar calorosamente o novo Chefe do Executivo, Sam Hou Fai, e os novos dirigentes pelo seu próximo mandato. Estou convicto de que o novo Governo vai servir de elo entre o passado e o futuro, e vai ter capacidade e perseverança para “trabalhar com espírito empreendedor e avançar juntos, persistir no caminho certo e apostar na inovação”, no sentido de liderar Macau para enfrentar novas oportunidades e desafios, e abrir um novo capítulo para um futuro brilhante.

IAOD do Deputado Ho Ion Sang em 16.12.2024

O novo Governo deve reforçar o apoio aos idosos

No âmbito do apoio aos idosos, o Governo da RAEM tem seguido a directriz “prestação de cuidados pela família e manutenção dos idosos no domicílio; promoção da participação social e do envelhecimento activo”, para assegurar os diversos serviços aos idosos, e aperfeiçoar o apoio domiciliário e o sistema de cuidados comunitários. O envelhecimento da população está a acelerar, e os idosos aspiram a uma vida melhor e são cada vez mais exigentes quanto à qualidade de vida, no que respeita a vestuário, alimentação, habitação, transportes, saúde, etc. Assim, há que melhorar o apoio aos idosos, em termos de quantidade, qualidade e cobertura.

Daqui a menos de uma semana, comemora-se o 25.º aniversário do Retorno de Macau à Pátria, dia em que a nova equipa governativa vai prestar juramento e tomar posse. A sociedade de Macau está esperançosa em relação ao 6.º Chefe do Executivo e ao próximo Governo da RAEM, com a expectativa de este ouvir plenamente as opiniões da população, dando resposta às necessidades e à esperança dos idosos, e melhorando constantemente a sua vida na reforma. Assim, sugiro o seguinte:

1. Foi boa a recuperação do sector do turismo de Macau e, no próximo ano, vai haver a retoma da injeção extraordinária de capital no Fundo de Previdência Central e a implementação de uma série de medidas em prol do bem-estar da população, o que aumenta a sua confiança no desenvolvimento social, mas o subsídio para idosos e a pensão para idosos não são actualizados há muitos anos. Espera-se que o novo Governo estude a revisão do montante da pensão e do subsídio para idosos e do respectivo regime, a fim de aumentar as suas garantias de aposentação.

2. Macau já atingiu os indicadores de “sociedade envelhecida” e está a entrar numa sociedade superenvelhecida. Sugere-se que se tome como referência as experiências das regiões vizinhas, para aperfeiçoar o mecanismo dos serviços prestados aos idosos e introduzir os respectivos produtos e técnicas, formar quadros qualificados para a prestação de cuidados permanentes e estudar a cooperação entre Zhuhai e Macau no âmbito da prestação de cuidados aos idosos, para que os recursos de apoio aos idosos dos dois territórios se complementem, reforçando, em conjunto, a indústria do desenvolvimento, introduzindo, de forma inovadora, produtos de capacitação digital para melhorar os serviços de apoio aos idosos e de cuidados recreativos; e apoiar ainda as instituições de serviços sociais para idosos na actualização “inteligente” dos cuidados, formando assim uma nova forma e um novo modelo de negócio para os cuidados aos idosos.

3. Espero que continue a aperfeiçoar o sistema de assistência médica pública, a reduzir o tempo de espera na assistência médica e nos cuidados de saúde para os idosos, a promover o conceito de “toda a população cuida dos idosos”, a prestar serviços de apoio mais diversificados aos cuidadores de idosos, a alargar o âmbito dos

beneficiários do subsídio para cuidadores ou a aumentar adequadamente o seu montante, com vista a aliviar a pressão dos mesmos.

4. Face à crescente procura por parte dos idosos de espaços de lazer e de instalações complementares nos bairros comunitários, espero que o Governo estude as estratégias de melhoria do ambiente amigável e harmonioso para os idosos e tome como referência as suas opiniões no planeamento das instalações públicas de lazer, no melhoramento das instalações recreativas e desportivas, e no aumento dos espaços de lazer para idosos.

5. Espera-se que, através da cooperação interdepartamental e da colaboração com as instituições médicas e as associações, e recorrendo à solidariedade entre os vizinhos e à tecnologia inteligente, entre outros meios, o Governo reforce a iniciativa de descobrir os idosos “anónimos”, para todos os sectores da sociedade desenvolverem uma cooperação múltipla e pensarem, em conjunto, na prestação de apoio específico aos idosos isolados e às famílias com duplo envelhecimento.

IAOD da Deputada Wong Kit Cheng em 16.12.2024

A implementação bem-sucedida do princípio “Um País, Dois Sistemas” em Macau ajudar-nos-á a continuar a escrever um capítulo colorido do nosso percurso

O dia 20 de Dezembro assinala os 25 anos do retorno de Macau à Pátria e gostaria de manifestar, então, as minhas mais calorosas felicitações.

Fazendo uma retrospectiva dos últimos 25 anos, com o forte apoio do Governo Central e os esforços concertados do Governo da RAEM e de todos os sectores da sociedade, o princípio “Um País, Dois Sistemas” foi implementado com sucesso, a sociedade tem permanecido harmoniosa e estável, e a economia desenvolveu-se em flecha num curto espaço de tempo, tendo sido alcançados êxitos notáveis em termos de política, economia e vida da população. Por exemplo, o Produto Interno Bruto (PIB) de Macau passou de 51,9 mil milhões de patacas em 1999 para 444,5 mil milhões de patacas em 2019, mantendo uma taxa média de crescimento anual de 11 por cento, ocupando os primeiros lugares de entre as economias desenvolvidas. Apesar de Macau ter sido atingido pelo impacto da epidemia, o Governo conseguiu assegurar a saúde da população e a estabilidade social, bem como promover o desenvolvimento ordenado de vários projectos inerentes à vida da população, e a economia recuperou de forma estável após a epidemia, com o PIB de Macau a crescer até 80,5 por cento em 2023. Mais, o PIB *per capita* aumentou de 15 mil dólares americanos para 69 mil dólares americanos entre 1999 e 2023; a taxa de desemprego desceu de 6,3 por cento para 2,7 por cento; o rendimento médio mensal dos trabalhadores locais passou de cerca de 5 mil patacas no início do retorno à Pátria para cerca de 20 mil patacas em 2023. Todos estes resultados e números maravilhosos são atribuíveis ao forte apoio da Pátria, à forte liderança dos sucessivos governos da RAEM e ao trabalho árduo de todos os residentes de Macau, tendo demonstrado ao mundo que a implementação bem-sucedida do princípio “Um País, Dois Sistemas”, com as características únicas de Macau, é a melhor solução institucional para manter a prosperidade e a estabilidade de Macau a longo prazo, após o seu retorno à Pátria, e que é viável, exequível e popular.

Por ocasião do 25.º aniversário do retorno de Macau à Pátria, o Governo da RAEM encontra-se, simultaneamente, num momento importante de mudança e de transição. Com o anúncio sucessivo das novas caras do Governo, todos os sectores da sociedade estão confiantes no desenvolvimento futuro. Mas, perante o desenvolvimento acelerado e as grandes mudanças sem precedentes dos últimos cem anos no mundo, Macau tem sido uma das janelas importantes para a abertura do País ao exterior e para o processo de aprofundamento da reforma do País e da promoção da modernização ao estilo chinês, por isso Macau tem de desenvolver bem o seu papel e aproveitar as suas vantagens peculiares para concretizar o desenvolvimento e o progresso no contexto da política de abertura do País. Mais, como “é preciso ser robusto para malhar o ferro”, espero que a equipa do novo Governo acelere a concretização do desenvolvimento da diversificação adequada da economia, aproveite as políticas benéficas concedidas pelo Governo Central a Macau, o posicionamento de desenvolvimento de “Um Centro, Uma Plataforma, Uma Base” e as grandes oportunidades da Zona de Cooperação Aprofundada entre Guangdong e Macau em Hengqin, e haja uma articulação com a construção da Grande Baía Guangdong-Hong Kong-

Macau e com a estratégia de desenvolvimento do País “Uma Faixa, Uma Rota”, para, no decurso da integração na conjuntura de desenvolvimento nacional, adquirir um maior e mais amplo espaço e ser a força motriz do desenvolvimento.

Por outro lado, espero que o novo Governo continue a reforçar os contactos com este hemisfério e os diversos sectores da sociedade, criando um mecanismo de comunicação e ligação estreita para o desenvolvimento conjunto, sobretudo estudando em conjunto a forma de melhorar a vida da população e as infra-estruturas urbanas através dos frutos do desenvolvimento económico, bem como a criação de um sistema mais forte de benefícios e garantias sociais, para que todos os sectores da sociedade possam partilhar dos frutos do desenvolvimento, respondendo, através de acções concretas, às solicitações e às ideias da população. Sob o princípio governativo “Trabalhar com espírito empreendedor e avançar juntos, persistir no caminho certo e apostar na inovação”, o novo Governo deve levar Macau a criar um novo “cenário” de implementação do princípio “Um País, Dois Sistemas”, contribuir quer para o País ficar mais forte quer para o rejuvenescimento do País e “escrever”, de mãos dadas, um novo capítulo brilhante.

IAOD da Deputada Song Pek Kei em 16.12.2024

Aumentar, quanto antes, a pensão para idosos, para assegurar as condições básicas

Nos últimos anos, o Governo investiu no aperfeiçoamento contínuo do sistema de segurança social para os idosos. No entanto, as diversas garantias ainda estão em fase de construção e aperfeiçoamento, e a pensão e o subsídio para idosos continuam a ser os principais benefícios dos idosos de Macau e também uma garantia importante para a sua vida. Segundo os dados estatísticos do Fundo de Segurança Social, até ao 2.º trimestre deste ano, receberam a pensão para idosos na totalidade menos de 30 mil idosos, mas mais de 120 mil optaram pela antecipação. Isto demonstra que o valor recebido pelos idosos com idades entre os 60 e os 65 anos mais o valor do subsídio para idosos ainda é muito inferior ao índice mínimo de subsistência, portanto, face ao constante aumento dos preços dos produtos, é difícil garantir uma vida condigna aos idosos.

O mecanismo de ajustamento da pensão de velhice só é activado se o índice de preços no consumidor atingir os 3%. No entanto, o cálculo do índice de preços abrange itens quer do dia-a-dia quer de fora do dia-a-dia, e os dados não reflectem as efectivas e reais necessidades dos idosos, mais, a protecção dos idosos não é apoio nem assistência, é sim uma garantia para a vida pós-aposentação dos residentes. A sociedade espera que as garantias dos idosos melhorem, para os idosos poderem usufruir duma velhice condigna. Um objectivo importante das linhas de acção governativa do Governo é cuidar dos idosos, então, há que dar importância e atenção às necessidades reais dos idosos, para lhes proporcionar melhores garantias de vida.

Apresento então as seguintes sugestões:

1. O Governo dever rever, quanto antes, o nível da protecção básica na velhice, elevar o montante da pensão para idosos e elaborar, o mais rapidamente possível, o “índice de preços no consumidor para os idosos”, com vista a clarificar as necessidades reais dos idosos e a permitir que a pensão para idosos seja ajustada de forma razoável e de acordo com a realidade.

2. O valor do risco social reflecte, com precisão, o custo mínimo para a sobrevivência das pessoas em Macau, e a pensão para idosos é inferior ao valor do risco social, portanto, é difícil assegurar as condições básicas aos idosos. A maioria dos idosos optou pela antecipação da pensão para idosos, e mesmo juntando o valor desta ao valor do subsídio para idosos, não se consegue atingir o valor do risco social, portanto, o Governo deve definir, passo a passo, um mecanismo de indexação da pensão para idosos ao risco social, para os idosos poderem ter uma vida condigna.

3. Tendo em conta a situação do desenvolvimento económico e os saldos financeiros positivos do Governo, deve ponderar-se sobre o reforço do investimento e sobre a revisão

das outras medidas de protecção aos idosos, nomeadamente, o subsídio para idosos, o programa de apoio à prótese dentária, e a residência para idosos, entre outras, para assegurar aos idosos garantias e apoio contínuo na aposentação.

IAOD dos Deputados Iau Teng Pio, Pang Chuan e Kou Kam Fai em 16.12.2024

Política da RAEM baseada no princípio “Um País, Dois Sistemas” com resultados frutuosos

Este ano celebra-se o 25.º aniversário do retorno de Macau à mãe-pátria. Desde o retorno, com o forte apoio do Governo Central, os diversos sectores de Macau têm registado progressos abrangentes, a influência de Macau na cena internacional tem sido significativamente reforçada, e a concretização do princípio “Um País, Dois Sistemas” tem alcançado resultados notáveis.

Sob a liderança do Chefe do Executivo, Ho Iat Seng, o Governo da RAEM no seu quinto mandato reuniu as forças de todos os sectores, aderiu ao princípio de governar para a população e, com o princípio orientador de “melhorar de forma abrangente a qualidade de vida da sociedade de Macau”, alcançou resultados notáveis decorrentes da adopção de uma vasta gama de políticas em áreas como a educação, a juventude e o bem-estar da população. A este respeito, somos de opinião que:

1. Promover a prosperidade através da educação e do desenvolvimento diversificado. As políticas de educação e de juventude de Macau estão intimamente ligadas, e a educação é nuclear na formação de jovens talentos. O actual Governo construiu um sistema educativo de alto padrão através da implementação do “Planeamento a Médio e Longo Prazo do Ensino Não Superior”, das “Linhas Gerais do Desenvolvimento a Médio e Longo Prazo do Ensino Superior de Macau” e da “Política de Juventude de Macau”, e do melhoramento do plano curricular e dos requisitos básicos; promulgou ainda diplomas legais sobre o controlo do tabagismo e do álcool, para garantir o crescimento saudável dos jovens; e aumentou, constantemente, os recursos para promover o progresso da educação, em articulação com as necessidades da diversificação económica e formação de talentos polivalentes. Para a transmissão do amor pela Pátria e por Macau, o Governo estabeleceu a colocação da bandeira nacional em todas as escolas, a generalização da “Constituição” e da “Lei Básica” e a educação sobre segurança nacional. Os resultados do Programa Internacional de Avaliação de Alunos (PISA), cujas classificações das instituições de ensino superior subiram, demonstram o progresso da qualidade do ensino. Mais, com o desenvolvimento do *campus* da Universidade de Macau (UM) na Zona de Cooperação Aprofundada, a conclusão do Edifício de Ensino e Investigação da Universidade Politécnica de Macau (UPM), e a construção dos oito edifícios escolares e centros educativos na Zona A, Macau está a aprofundar a formação de quadros qualificados e a investigação científica, promovendo o desenvolvimento integral dos jovens. Com a criação de mecanismos, o investimento de recursos, a composição da equipa docente, a reforma curricular, etc., o Governo demonstra empenho na formação dos jovens que são mais competitivos a nível internacional e que amam a Pátria e Macau.

2. As políticas relacionadas com a educação, com a juventude e com a vida da população estão interligadas e articuladas para promover o desenvolvimento. As políticas de educação e as relacionadas com a vida da população complementam-se. Os recursos educativos de qualidade são essenciais para elevar a qualidade global e a qualidade de vida dos residentes,

e as políticas relacionadas com a vida da população podem criar boas condições para que os residentes possam usufruir dos resultados educativos. Apesar dos graves desafios colocados pela epidemia, o presente Governo tem vindo a aumentar, de forma estável, a proporção das despesas relacionadas com a vida da população, a educação, a saúde, a segurança social, a habitação, os serviços sociais e comunitários, entre outros, e, em relação às despesas orçamentadas, estas passaram de 39,2% em 2019 para 44,8% este ano, dando continuidade à optimização das infra-estruturas, da habitação, dos cuidados de saúde, dos cuidados aos idosos, entre outras infra-estruturas relacionadas com a vida da população; e ainda à expansão do metro ligeiro, ao funcionamento da nova ponte e à ampliação do aeroporto. Tudo isto reflecte o carinho do Governo em prol da população.

Este Governo, logo no início do seu mandato, teve de enfrentar a pandemia e fazer tudo para estabilizar a economia e assegurar a qualidade de vida da população, para além de ter planeado cuidadosamente o futuro de Macau em articulação com as principais estratégias nacionais. Nos últimos cinco anos, o Governo tem vindo a aprofundar a cooperação regional, apostando na integração no desenvolvimento nacional em prol da criação de uma nova atmosfera, promovendo o desenvolvimento da diversificação adequada da economia de Macau, elevando a competitividade global do território e garantindo o desenvolvimento harmonioso e estável da economia e da sociedade.

Ao longo dos últimos 25 anos, graças ao apoio do Governo Central, à união de esforços dos diversos sectores da sociedade e ao empenho de todos os mandatos do Governo, Macau tem-se desenvolvido em todos os aspectos. Olhando para o futuro, estamos convictos de que, sob a liderança do novo Governo, Macau continuará a escrever o capítulo de implementação bem-sucedida do princípio “Um País, Dois Sistemas”.

IAOD do Deputado Si Ka Lon em 16.12.2024

Compreender as funções das políticas, para promover o desenvolvimento da economia comunitária

Neste ano, o Governo Central lançou várias políticas de apoio a Macau: a inclusão de dez cidades do Interior da China no âmbito do visto individual, a facilitação de concessão de visto (por exemplo, a “entrada e saída em grupo” entre Hengqin e Macau), o aumento do valor com isenção fiscal para os bens transportados em bagagem pessoal pelos residentes do Interior da China na fronteira de regresso de Hong Kong e Macau, bem como o lançamento recente do visto de múltiplas entradas para os residentes de Hengqin e do visto renovável semanalmente para os residentes de Zhuhai. Tudo isto criou condições favoráveis para promover o desenvolvimento económico de Macau e dinamizar o consumo.

Os últimos dois tipos de vistos, um destinado aos residentes de Hengqin e outro aos de Zhuhai, têm objectivos e funções obviamente diferentes, portanto não podem ser avaliados como instrumentos para a promoção da economia e turismo, antes sim como políticas de apoio ao desenvolvimento de Macau e de resolução dos problemas reais. Para aproveitar bem as políticas, há que as compreender e aprofundar, pois só com a compreensão efectiva e precisa dos seus objectivos e funções, e através da proactividade e da governação conforme as políticas, é que se pode maximizar a sua eficácia.

Mais concretamente, o visto de múltiplas entradas visa promover a integração entre Hengqin e Macau, enquanto o visto renovável semanalmente foca-se na convergência Macau-Zhuhai, formando-se assim dois “mini circuitos” com funções distintas. A diferença é a seguinte:

Primeiro, o “visto de múltiplas entradas” de Hengqin visa promover o vaivém das pessoas entre Hengqin e Macau, com elevada conveniência, e aumentar a movimentação dos recursos, com vista a fomentar a conjuntura geral inerente ao desenvolvimento da integração entre Hengqin e Macau. O “visto de múltiplas entradas” e ainda a medida “entrada e saída em grupo” vieram efectivizar as deslocações sem barreiras entre Hengqin e Macau, portanto, a distância entre elas é de apenas um passo. Assim, existindo a circulação fluida de pessoas, há que a aproveitar, conjugando-a com o objectivo de desenvolvimento da integração entre Hengqin e Macau, no sentido de desenvolver essa integração nas áreas cultural e turística, alargando o âmbito do “centro mundial de turismo e lazer” e criando, em conjunto, um “supre destino” de turismo a nível mundial.

Em primeiro lugar, há que atribuir um papel precursor aos sectores dominantes que possuem grandes vantagens, no sentido de aumentar a amplitude e a potencialidade do desenvolvimento do turismo de Macau, acelerando a articulação sem fissuras com a indústria de turismo de Hengqin. Segundo, há que, em cooperação com Hengqin, construir, com elevado nível, uma ilha internacional de turismo e lazer, a fim de complementar o desenvolvimento da integração e de expandir a conjuntura turística, com vista a expandir, reforçar e refinar o sector, enriquecendo o teor do “centro mundial de turismo”. Terceiro, há que integrar e partilhar os recursos turísticos e o fluxo de turistas, aumentando a

capacidade de acolhimento e a dimensão da indústria de turismo, assim como as coordenadas do turismo em termos regionais e a competitividade internacional.

Segundo, o “visto renovável semanalmente” para os residentes de Zhuhai visa desenvolver a articulação e a circulação bilateral entre Macau e Zhuhai, promover a interacção entre as pessoas e o aprofundamento da integração entre as duas regiões. As novas medidas reforçam as deslocações diárias para Macau dos residentes de Zhuhai, aumentam a mobilidade na sociedade de Macau, impulsionam a procura de consumo regular e a vitalidade do mercado, equilibram a perda da procura interna dos residentes de Macau que vão consumir em Zhuhai, e têm uma função de transfusão de sangue para activar a economia comunitária, o que contribui bastante para a reconstrução do ambiente favorável aos negócios das micro, pequenas e médias empresas.

Se a implementação do “visto renovável semanalmente” for bem-sucedida, espera-se que, no futuro, se estenda aos residentes de Zhongshan, Jiangmen e até outras cidades da Grande Baía, e sob a tendência de a integrar no círculo de vida da Grande Baía, há mais perspectivas. Assim, o Governo não deve menosprezar esta questão, antes pelo contrário, deve aproveitar bem o objectivo e as funções desta política, e promovê-la como um trabalho sistemático, com vista a maximizar a sua eficácia e, através da promoção do desenvolvimento turístico global, estender a cadeia industrial da cultura e do turismo e criar uma ecosfera como mecanismo de mercado com nova alocação de recursos, promovendo o desenvolvimento coordenado da economia comunitária, criando um novo cenário de negócios sustentável em articulação com a transformação global do ambiente e os factores de desenvolvimento, estimulando a vitalidade e o papel transmissor da economia comunitária e potenciando o desenvolvimento saudável das micro, pequenas e médias empresas, o que lhes permite livrarem-se de dificuldades, a longo prazo, bem como transformarem-se em células geradoras de desenvolvimento económico.

IAOD da Deputada Lo Choi In em 16.12.2024

Exortar o Governo do novo mandato a continuar a reforçar as medidas de apoio económico, para enfrentar activamente os riscos sistémicos e transformar os perigos em oportunidades

Após três anos de pandemia, celebramos o 25.º aniversário do estabelecimento da RAEM. Graças aos esforços do actual Governo, os sectores do turismo e do jogo recuperaram rapidamente, nomeadamente, o número acumulado das entradas e saídas, neste ano, ultrapassou os 200 milhões, um novo recorde. O número de visitantes aumentou 25%, estando quase a recuperar para 90% do número em 2019.

Ao mesmo tempo, o desenvolvimento integrado entre Macau e Hengqin atingiu um novo patamar, tal como referiu, há dias, o Chefe do Executivo: “Macau já não é uma cidade onde só predomina o sector do jogo, mas sim uma cidade que tem vindo a mostrar gradualmente as suas características de desenvolvimento diversificado”. Contudo, mesmo com as novas oportunidades, a neblina que nos foi trazida pela epidemia manteve-se, e os problemas e riscos continuam a surgir. De entre estes problemas, o mais relevante é o ritmo desigual da recuperação económica, verificando-se uma bipolarização entre as principais indústrias e a economia comunitária.

O economista local, Professor Li Zhenguo afirmou, no início deste ano: “As micro, pequenas e médias empresas locais não conseguem partilhar a força motriz trazida pela recuperação do turismo, e a situação de negócios piorou”. Um outro economista experiente, Professor António Félix Pontes, ex-Director da Autoridade Monetária de Macau, afirmou: “a percentagem de crédito malparado tem batido recordes, e isto demonstra precisamente um risco sistemático, que põe em risco o crescimento e o desenvolvimento económico de toda a cidade e afecta o mercado de consumo privado, podendo assim levar a uma recessão económica.”

De acordo com os dados estatísticos da Autoridade Monetária de Macau, até Outubro, a percentagem de crédito malparado atingiu um nível recorde de 5,4%, envolvendo um montante superior a 54 mil milhões e, em 2019, esta percentagem foi inferior a 1%, ou seja, apenas 0,3%. Segundo um outro conjunto de dados, a taxa de incumprimento dos empréstimos pelas PME aumentou exponencialmente a partir do segundo semestre de 2022, altura em que foi de 0,7%, atingindo 5,7% no primeiro semestre deste ano, no montante de cerca de 4,6 mil milhões, o valor mais elevado desde 2008, e o novo crédito aprovado foi o mais baixo desde 2008.

Os referidos dois conjuntos de dados demonstram que as opiniões dos dois especialistas não são alarmistas, pois estas situações negativas conduzem à degradação e perda do consumo, que não só se reflectem directamente na fraca economia comunitária, mas também afectam as famílias das camadas baixas e os cidadãos mais desfavorecidos.

Assim, solicito ao novo Governo que, após a tomada de posse, encontre soluções para estabilizar a economia comunitária e o emprego, e aliviar o desequilíbrio da recuperação. Apresento-lhe, aqui, as seguintes sugestões:

Quanto aos aspectos mais prementes, o novo Governo deve aproveitar bem os terrenos desaproveitados, para, por um lado, atrair investimentos, aumentar as indústrias sectoriais e criar mais empregos e, por outro, libertar, de forma flexível, os espaços públicos e elevar a eficiência do sector social, respondendo às necessidades da comunidade e da população.

Nos aspectos menos prementes, há que realizar obras públicas de forma científica e ordenada, promovendo, passo a passo, o desenvolvimento integrado e expansivo da região. Entretanto, é preciso dar tempo para o mercado económico local recuperar e, na aplicação dos recursos, dar prioridade ao bem-estar da população, por exemplo, alargar as medidas de apoio económico, aumentar as garantias de aposentação e os rendimentos quer da camada de base quer dos grupos vulneráveis, e atenuar os encargos das famílias. Através da melhoria dos rendimentos da população, será possível estimular o consumo no mercado, compensando a pressão causada pela inflação.

IAOD do Deputado Lei Leong Wong em 16.12.2024

Aperfeiçoamento das instalações complementares de trânsito e das condições de vida na Zona de Cooperação Aprofundada e construção de um novo espaço que facilite a vida e o emprego dos residentes

A Administração Nacional de Imigração divulgou, há dias, as políticas para facilitar as deslocações dos residentes do Interior da China a Macau, ou seja, a partir de 1 de Janeiro de 2025, os residentes e os titulares de cartão de residência da Zona de Cooperação Aprofundada, aos quais seja emitido "um visto de múltiplas entradas", podem entrar e sair de Macau, sem limite de viagens, no prazo de um ano, e permanecer por um período máximo de sete dias. As referidas políticas facilitarão ainda mais a entradas e saídas de Macau dos residentes da referida Zona, acreditando-se que irão produzir efeitos positivos para o turismo e a indústria com eles relacionados.

No entanto, o aumento do fluxo de pessoas vai testar a capacidade do posto fronteiriço de Hengqin, portanto, o Governo deve, considerando as previsões, proceder a uma avaliação cuidadosa das medidas de passagem fronteiriça e definir planos de contingência, para a dar resposta às necessidades futuras, por forma a não afectar as políticas benéficas para Macau e a passagem alfandegária. De facto, com o aumento contínuo do número de utentes do Posto Fronteiriço de Hengqin, registam-se longas filas de espera nos feriados e nas horas de ponta, em dias úteis, afectando a passagem alfandegária dos residentes. Segundo opiniões apresentadas várias vezes, espera-se que o Governo optimize as medidas de passagem fronteiriça, crie, com base nas actuais condições, canais exclusivos para os residentes de Macau que vivem naquela Zona, e prolongue o horário de funcionamento dos canais para estudantes. Quanto ao "Método de gestão para a entrada e saída dos veículos de Macau na Zona de Cooperação Aprofundada entre Guangdong e Macau em Hengqin", que tem sido objecto de consulta há muito tempo, espera-se que este possa ser implementado o mais rápido possível, a fim de facilitar as deslocações dos residentes.

Na área da saúde, o Posto de Saúde do Novo Bairro de Macau, na Zona de Cooperação Aprofundada, entrou em funcionamento no dia 11 de Novembro de 2024 e, na primeira fase, presta serviços de cuidados de saúde para adultos, mulheres e crianças, tem consultas externas sem marcação, entre outros serviços de medicina ocidental. Numa perspectiva objectiva, a procura de cuidados de saúde por parte dos residentes de Macau na Zona de Cooperação Aprofundada pode ser aliviada, mas o referido posto ainda não dispõe de serviços regulares de colheita de sangue, porém, se os doentes necessitarem de acompanhamento médico especializado, serão encaminhados para o Centro Hospitalar Conde de São Januário ou para o *Peking Union Medical College Hospital*. Assim, os serviços de saúde prestados pelo posto estão aquém das expectativas da população. Segundo alguns funcionários públicos de Macau que moram no Novo Bairro, embora os seus ascendentes sejam titulares do "cartão de acesso a cuidados de saúde" emitido pelas autoridades de Macau, como não são residentes de Macau, não podem receber tratamento médico no referido posto e só podem recorrer aos Centros de Saúde de Macau, causando certos transtornos na sua vida familiar.

É de salientar que, a Zona de Cooperação Aprofundada, enquanto plataforma para promover o desenvolvimento da diversificação adequada da economia de Macau, deve ter um novo espaço que facilite a vida e o emprego dos residentes, um novo exemplo de enriquecimento do princípio "um país, dois sistemas" e um novo patamar para a construção da Grande Baía dotado de especial significado para o desenvolvimento a longo prazo de Macau e para a construção da região. No entanto, para concretizar os “quatro novos” objectivos acima referidos, é também importante melhorar, de forma contínua, o espaço habitacional da população. O Governo deve cumprir rigorosamente a aprovação do “Plano de Desenvolvimento Geral da Zona de Cooperação Aprofundada entre Guangdong e Macau em Hengqin”, emitida pelo Conselho de Estado no ano passado, para aperfeiçoar continuamente o novo sistema de negociação, construção e administração conjuntas e compartilha de resultados entre Guangdong e Macau, e rever e melhorar as instalações complementares relativas à passagem fronteiriça e à vida quotidiana da Zona de Cooperação Aprofundada, para que esta se transforme num novo espaço que facilite a vida e o emprego dos residentes de Macau.

Assim sendo, apresento as seguintes três opiniões e sugestões:

1. Com a entrada em vigor, em Janeiro do próximo ano, da nova política de visto único para múltiplas entradas em Macau, prevê-se um maior fluxo de pessoas entre Macau e a Zona de Cooperação Aprofundada e uma maior pressão nos postos fronteiriços. Sugiro às autoridades que definam, quanto antes, medidas eficazes para aliviar o fluxo de pessoas nos postos fronteiriços, incluindo a criação de uma passagem exclusiva para os residentes de Macau que vivem na Zona de Cooperação Aprofundada e o prolongamento do horário de funcionamento da “via especial para estudantes”, para facilitar a vida aos residentes de Macau que vivem na Zona de Cooperação Aprofundada e que necessitam de atravessar a fronteira diariamente.

2. Em meados de Abril do corrente ano, o Governo afirmou que estava a acelerar os trabalhos com os serviços competentes do Interior da China para promover a circulação na província de Guangdong dos veículos locais qualificados para circular em Hengqin. Espero que as autoridades continuem a promover os respectivos trabalhos com aqueles serviços, para facilitar ainda mais a vida e o emprego dos residentes de Macau na Zona de Cooperação Aprofundada.

3. Há que continuar a aperfeiçoar os serviços prestados pelo posto de saúde do Novo Bairro de Macau, incluindo a prestação de serviços regulares de colheita de sangue e, tendo em conta o aumento do número de residentes de Macau na Zona de Cooperação Aprofundada, deve analisar-se a criação dos serviços de cuidados de saúde oral, de medicina tradicional chinesa e de acupunctura, entre outros. Além disso, em caso de emergência, os residentes de Macau que vivem na Zona de Cooperação Aprofundada são enviados para o Hospital de Hengqin para tratamento urgente e, se for necessário acompanhamento médico especializado, são transferidos para o Centro Hospitalar Conde de São Januário ou para o Hospital Macau Union. Proponho que seja realizado um estudo sobre a celebração de um acordo de cooperação com o Hospital de Hengqin, para que os residentes de Macau que vivem na Zona de Cooperação Aprofundada possam escolher ter acompanhamento médico

especializado neste Hospital, poupando o tempo necessário para a passagem fronteiriça e reduzindo os encargos médicos daí decorrentes.

IAOD do Deputado Cheung Kin Chung em 16.12.2024

Desenvolvimento de alta qualidade do ensino superior Macau-Hengqin em prol da construção de *hubs* de talentos internacionais de destaque

Há dias, teve lugar a cerimónia de entrega do terreno e lançamento da primeira pedra do Campus da Universidade de Macau na Zona de Cooperação Aprofundada entre Guangdong e Macau em Hengqin. O novo campus vai estar concluído em 2028, e vai ter quatro faculdades: de Medicina, de Informação, de Design e de Engenharia, e ainda uma nova plataforma indústria-universidade-investigação, isto é o Instituto de Estudos Avançados em Hengqin.

A criação deste campus demonstra as vantagens institucionais de “Um País, Dois Sistemas” com características de Macau, constitui uma inovação de mecanismos e políticas na cooperação entre Macau e o Interior da China, marca o início duma nova fase da cooperação aprofundada Macau-Hengqin na área da educação, vai reforçar o nível do ensino e da investigação científica da Universidade de Macau, e vai promover a diversificação adequada da economia, pois as novas faculdades e a plataforma indústria-universidade-investigação focam-se nas exigências de desenvolvimento das indústrias de alto nível.

São cada vez mais as instituições de ensino superior de Macau a ministrar cursos em Hengqin, e na sequência disso, promove-se ainda mais a construção da integração de Macau em Hengqin, para Macau poder integrar-se e servir melhor o desenvolvimento do país, apoiar o desenvolvimento e a construção de alta qualidade da Zona de Cooperação Aprofundada, tudo para satisfazer o posicionamento estratégico e os objectivos de desenvolvimento definidos para essa Zona, trazer mais oportunidades de desenvolvimento para Macau e Hengqin no âmbito da educação, ciência, tecnologia, e cultura, entre outras áreas, formar um grande número de quadros qualificados para as quatro principais indústrias de Macau e para as quatro novas indústrias da Zona de Cooperação Aprofundada, disponibilizar uma nova força motriz para a construção de um local de concentração de talentos internacionais de alto nível em Macau, proporcionar uma locomotiva “intelectual” para o desenvolvimento de Macau e Hengqin, e construir uma base sólida de talentos para o desenvolvimento regional.

1. Reforçar ainda mais a colaboração indústria-academia-investigação e a transformação dos resultados, através da cooperação entre os novos campus e as empresas e sectores, a fim de transformar os resultados da investigação científica em “real produtividade”, com mais qualidade e eficiência, proporcionando um forte apoio ao desenvolvimento socioeconómico de Macau e Hengqin.

2. Aproveitar adequadamente a importante plataforma da Zona de Cooperação Aprofundada para continuar a construir campus das instituições de ensino superior de Macau com elevado nível e padrões. Ao mesmo tempo, há que aproveitar a experiência do novo campus da Universidade de Macau para avançar para a Zona de Cooperação Aprofundada, elevando o nível académico da investigação científica e a sua reputação internacional, atraindo talentos e capital internacionais de alto nível para Hengqin e Macau.

3. Alargar o intercâmbio e a cooperação internacional. Reforçar constantemente as relações de cooperação com as instituições de ensino superior e de investigação de renome mundial, através de intercâmbios e de cooperação na área da investigação científica, para melhorar a qualidade dos recursos educativos, “atrair investimento estrangeiro” e apoiar a “expansão para o exterior”, contribuindo para a abertura ao exterior da indústria educativa de alto nível de Macau e elevar a sua influência e competitividade a nível internacional.

IAOD do Deputado Lam U Tou em 16.12.2024

Promover a concretização efectiva dos objectivos do planeamento de transportes terrestres e rentabilizar os recursos de estacionamento público

Esta é a minha última intervenção antes da ordem do dia do Quinto Governo da RAEM. O actual Chefe do Executivo afirmou que “o desperdício é o maior crime” e que, actualmente, um dos maiores desperdícios em Macau é a grande quantidade de recursos de estacionamento público desaproveitados desde há muito tempo. Devido à distribuição desequilibrada dos recursos de estacionamento público, na opinião da sociedade, as tarifas dos parques de estacionamento públicos devem ser ajustadas de acordo com a taxa de estacionamento e o estacionamento nas horas de ponta, o que permite uma melhor distribuição dos veículos e uma melhor utilização destes recursos, e pode ainda incentivar a redução do uso de veículos particulares e, face à baixa taxa de estacionamento de motociclos nos auto-silos públicos, há que lançar benefícios ou passes mensais para atrair os condutores a utilizarem os auto-silos.

No entanto, o que a Direcção dos Serviços para os Assuntos de Tráfego (DSAT) tem vindo a fazer ao longo destes anos é contrariar as opiniões da sociedade, pois nunca usou uma lógica racional para justificar o aumento das tarifas dos parques de estacionamento, deixando as pessoas a pensar que a DSAT só se limita a aumentar por aumentar. Na resposta à interpelação escrita de um deputado, a DSAT afirma que, a definição da política de trânsito e transportes terrestres de Macau segue o “Planeamento Geral do Trânsito e Transportes Terrestres de Macau (2021-2030)”, e a fixação das tarifas dos parques de estacionamento públicos é uma das vertentes. Se os serviços públicos de estacionamento forem prestados a baixo custo, tal não será benéfico para o desenvolvimento sustentável do trânsito de Macau.

É de sublinhar que o referido planeamento não prevê os princípios e a lógica para a fixação dos preços dos parques de estacionamento públicos, define sim o objectivo de “controlo razoável do uso de veículos motorizados”, e propõe que sejam optimizados e ajustados os recursos de estacionamento em função das condições locais e iniciada a construção de instalações de estacionamento em determinadas zonas incluindo as ilhas e as Zona A e B dos Novos Aterros Urbanos, e que seja promovida a rentabilização dos recursos de estacionamento para elevar a comodidade de utilização do público. Então, para esse efeito, a única forma é construir uma rede de transportes públicos e diminuir a utilização de automóveis particulares através de incentivos económicos, encorajando-se assim a mobilidade verde.

O Centro Modal de Transportes da Estrada Governador Albano de Oliveira devia ter servido como projecto-piloto, pois foi projectado para integrar o metro ligeiro, autocarros, táxis e sistema pedonal, bem como um parque de estacionamento para as pessoas deixarem os automóveis privados e apanharem os transportes públicos. Porém, o parque acabou por se destinar aos veículos pesados, e não está a produzir os devidos efeitos, pois a sua taxa de utilização tem sido baixa desde a inauguração em 2022. O parque de estacionamento ao

ar livre da Estrada Governador Albano de Oliveira abriu em Dezembro do ano passado, mas, devido à grande procura, os lugares para veículos particulares estão sempre cheios, apesar das tarifas mais elevadas do que noutros auto-silos e, em contraste, os lugares para veículos pesados estão sempre vazios. Apesar de o Governo ter passado, este ano, 10 lugares de veículos pesados para automóveis particulares, ainda não se consegue dar resposta à procura da comunidade, pois durante a noite há sempre filas de espera. Em Agosto deste ano, as autoridades afirmaram que mais três lugares de estacionamento para os veículos pesados iam passar a ser lugares para motos e que, depois deste ajustamento, os lugares para motos e veículos passam a ser 50 e 61, respectivamente, mas até ao momento ainda não se vê isso concretizado. É de realçar que para mais de 126 mil motos só há apenas 50 mil lugares públicos, isto é, menos de 40% daquele número, no entanto, o Governo nunca se dedicou a aumentar racionalmente os lugares para motos nos sítios em que há falta destes, antes pelo contrário, em sentido oposto às opiniões do público, aumentou as tarifas dos auto-silos em que é baixa a taxa de utilização dos lugares de motos. Mais, colocou grades metálicas nos lugares de estacionamento e não instalou parquímetros, uma medida que não só reduz os lugares, como também piora a respectiva movimentação. Recentemente, a DSAT andou a publicitar o pagamento sem contacto em todos os auto-silos públicos, mas afinal as motos não estão abrangidas, o que reflecte a discriminação das autoridades nas políticas de tráfego em relação às motos!

A meu ver, o próximo Governo tem de concretizar efectivamente os princípios de gestão científica e medidas flexíveis em relação aos auto-silos. Há que, atendendo às necessidades reais dos cidadãos e sociedade, aproveitar bem os recursos de solos e criar mais parques de estacionamento de natureza provisória e ao ar livre, como, por exemplo, destinar o terreno, já desocupado há anos, sito ao lado do Edifício AIA Tower, na Praia Grande, para construir, temporariamente, um parque de estacionamento para motos. Há também que efectuar uma revisão periódica, ajustando, com flexibilidade, a proporção dos diversos tipos de lugares de estacionamento públicos, no sentido de, sob o pressuposto de assegurar um equilíbrio quanto à taxa de utilização e à respectiva movimentação, definir critérios de aumento e redução das tarifas, com vista a distribuir os veículos pelos diversos auto-silos e a incentivar a utilização dos transportes públicos. Aliás, só com políticas científicas e racionais é que se consegue resolver, passo a passo, as dificuldades em encontrar estacionamento em Macau, um grave problema que é já antigo e difícil.

IAOD da Deputada Leong On Kei em 16.12.2024

Com a implementação do “Plano de Desenvolvimento Cultural e Turístico da Grande Baía Guangdong-Hong Kong-Macau”, a cooperação entre Guangdong, Hong Kong e Macau nos domínios da cultura e do turismo tem vindo a aprofundar-se. O Plano propõe que seja construída preliminarmente, até 2025, uma Baía destinada aos humanos e ao lazer, e criada, até 2035, uma Baía internacional de primeira classe, agradável para viver, trabalhar e visitar. Nos últimos anos, Guangdong, Hong Kong e Macau reforçaram a cooperação e os intercâmbios, tendo recentemente convocado uma reunião para levar por diante a execução do dito Plano em 2024 e trocar opiniões sobre a divisão de tarefas. No futuro, Macau deve promover, activamente, a integração e o modo de desenvolvimento inovador de “Cultura + Turismo”, em prol do desenvolvimento de alta qualidade das indústrias cultural e turística, e aproveitar plenamente as suas próprias vantagens para alcançar maiores avanços no desenvolvimento da Grande Baía e promover, solidamente, a implementação do dito Plano.

Macau possui um rico património histórico e cultural e destaca-se pelo seu posicionamento enquanto “metrópole internacional”, definido pelo Director Xia Baolong. As vantagens regionais únicas e o contexto cultural diversificado de que Macau dispõe reflectem a sua abertura e alta hospitalidade, sendo também recursos importantes para o desenvolvimento do turismo cultural. Macau deve integrar os seus recursos históricos e culturais singulares, e desenvolver uma variedade de projectos de turismo cultural, para aprofundar e alargar a experiência dos visitantes. Ao mesmo tempo, importa incentivar mais empresas a participarem no desenvolvimento das indústrias culturais e turísticas e a lançarem mais marcas com características locais, para reforçar a inovação e a competitividade dos produtos destes sectores e concretizar uma interacção positiva entre a cultura e o turismo.

No processo de implementação do “Plano de desenvolvimento cultural e turístico da Grande Baía Guangdong-Hong Kong-Macau”, Macau tem desempenhado, plenamente, as suas vantagens únicas e o seu papel de plataforma entre a China e os Países Lusófonos, elevando o nível artístico do património histórico e cultural, e inovando na transformação comercial das indústrias culturais e criativas, para aumentar assim a sua influência na região, aprofundar o intercâmbio e a cooperação cultural com outras cidades da Grande Baía, e integrar os elementos humanistas, ecológicos e de lazer da Grande Baía, criando um efeito sinérgico global, concretizando a partilha de recursos e a complementaridade das vantagens, e aproveitando o mecanismo de cooperação do turismo cultural das três regiões para transformar, em conjunto, a Grande Baía Guangdong-Hong Kong-Macau num destino turístico de nível mundial.

Com o desenvolvimento da tecnologia digital, o turismo inteligente tornou-se uma tendência. Macau deve reforçar o aproveitamento de meios tecnológicos avançados, aperfeiçoar a construção da plataforma de turismo inteligente e elevar o nível de inteligência tecnológica da indústria cultural e turística, com vista a prestar serviços personalizados facilitados aos turistas e a reforçar a sua experiência turística. Deve ainda, através da análise de megadados, definir estratégias precisas de “marketing”, serviços e produtos, a fim de

(Tradução)

aumentar a satisfação dos turistas e reforçar a imagem de Macau como “Centro Mundial de Turismo e Lazer”.

IAOD do Deputado Che Sai Wang em 16.12.2024

Criar um ambiente de qualidade para o desenvolvimento do desporto, a fim de prestar mais apoio aos atletas

Desde o estabelecimento da RAEM, o Governo tem atribuído elevada importância ao desenvolvimento do desporto. A realização, em breve, da 15.^a edição dos Jogos Nacionais vai contribuir bastante para promover o desenvolvimento do desporto local e a diversificação adequada da economia.

Nos últimos anos, para formar melhor os talentos do desporto, o Governo definiu vários planos para apoiar os atletas de elite a dedicarem-se aos treinos, incentivando-os a alcançar bons resultados nas competições de alto nível. A elitização permite uma formação mais concentrada de talentos com potencialidade, mas como só presta atenção às elites, pode resultar na inclinação dos recursos sociais e, por fim, na polarização do desporto. Este modelo proporciona, sem qualquer dúvida, mais oportunidades de glória para Macau, portanto, é perfeitamente razoável que o Governo invista mais recursos nesse modelo, mas em muitas modalidades não elitizadas, existem também atletas de elite, e entre os atletas que ainda não venceram qualquer competição há também alguns com potencialidades; na realidade, todos participam em competições em nome de Macau, mas nunca obtêm o apoio que merecem ou então o que recebem é pouco, e dificilmente consegue satisfazer as suas despesas quotidianas.

Os custos e o tempo para formar um atleta são elevados. Muitos atletas locais não conseguem viver do desporto, geralmente dependem do apoio económico da família ou de outro trabalho, e até têm de ser eles a pagar os bilhetes de avião e os hotéis quando participam em competições no exterior. Por causa disto, não conseguem dedicar-se aos treinos e às competições, pois para além dos resultados, ainda têm de preocupar-se com outros problemas, por exemplo, se têm dinheiro suficiente para se sustentarem e às suas famílias. Assim, por não terem apoio suficiente, muitos atletas talentosos abandonam o desporto, mesmo antes de conseguirem alcançar resultados.

Em Macau não faltam talentos no desporto. Os atletas de Macau são maioritariamente amadores, insistem em treinar todos os dias, e até pagam para encontrar boas oportunidades de treino no exterior, para além de amarem o desporto e de se esforçarem para serem melhores, têm como objectivo final e ideal honrar Macau. Mas isto implica despesas grandes que a generalidade das famílias não consegue suportar, e muitos atletas com potencial acabam por abandonar a carreira profissional por motivos financeiros. Mais, como os atletas são sujeitos a grandes esforços e não têm perspectivas claras para a reforma, são cada vez mais as pessoas que não querem dedicar-se ao desporto, o que acaba por afectar a formação de talentos no desporto.

A construção da “Cidade do Desporto” exige que seja dada importância à generalização do desporto para todos, mas também que os recursos abranjam todos. Não se deve elitizar determinadas modalidades, deve-se sim apoiar adequadamente os atletas em geral e os

atletas que têm talento, para que tenham oportunidade de chegarem às elites. As autoridades devem alargar o âmbito do apoio aos atletas das modalidades não elitizadas e reforçar a aposta e o apoio a estas modalidades, por exemplo, apoiando os atletas que representam Macau nas competições assegurando as respectivas despesas, aliviando a pressão económica que enfrentam, e permitindo que se concentrem nas competições e na obtenção de bons resultados. Devem ainda reforçar o apoio aos atletas, definindo várias medidas para garantir que tenham emprego depois de abandonarem a carreira desportiva, aliviando assim as suas preocupações.

José Maria Pereira Coutinho

“A questão dos diplomas falsos do ensino secundário da RAEHK”

O recente escândalo dos diplomas falsos do ensino secundário da RAEHK, obtidos por via de intermediários e envolvendo dezenas de alunos da Universidade de Ciência e Tecnologia de Macau (UCTM) constitui uma ponta de um enorme “iceberg” que deve ser rigorosamente combatido por afectar de uma forma transversal a reputação da generalidade das instituições do ensino superior locais quer as públicas quer as privadas.

A questão nuclear subsiste em saber como as universidades públicas e privadas da RAEM lidam, verificam e estejam capacitadas para confirmar a autenticidade dos certificados de habilitações académicas, diplomas e históricos escolares estrangeiros e do interior do continente apresentados pelos candidatos ao ensino superior.

Este caso, demonstra que algumas secretarias dessas instituições, podem não estar habilitadas e capacitadas ou não disponham dos necessários cuidados na análise documental, ou seja, no final das contas simplesmente matriculam o novo “estudante universitário”.

Recordo, que em 29 de Maio de 2008, interpelei o Governo de Macau, quanto à questão do reconhecimento dos documentos académicos e habilitações literárias, porque na altura, o nosso Gabinete de Atendimento aos Cidadãos já vinha recebendo queixas de muitos trabalhadores da função pública alegando que havia candidatos que se apresentavam às provas de ingresso e de promoção aos vários cargos públicos e de promoção e que tinham certificados de habilitações profissionais e diplomas universitários de origem duvidosa e em alguns casos eram mesmo falsos, tendo originado muitas injustiças e concorrência desleal entre os candidatos.

Na altura, por via da dita interpelação escrita, havia alertado o Governo de Macau, que com o aumento de instituições universitárias e de ensino profissional quer locais quer estrangeiras ou do interior do continente implicariam um redobrado cuidado, profissionalismo, competência e tempo suficiente para analisar e certificar da autenticidade dos certificados e diplomas para não afectar a imagem de Macau vista como um paraíso de aceitação de diplomas e certificados falsificados.

Referi na minha interpelação escrita, que em 1993, devido ao aumento instituições educativas do ensino superior e também ao facto de muitos estudantes de Macau começarem a obter habilitações fora de Macau e no interior do continente, foi criada uma Comissão de Reconhecimento de Habilitações nos termos do D.L. n° 39/93/M de 26 Julho da responsabilidade do ex-Gabinete de Apoio ao Ensino Superior (GAES) habilitadas a reconhecer a respectiva documentação.

Mais adiantei, na minha interpelação escrita, que subitamente, em 2003, o Governo de Macau por via do Regulamento Administrativo n° 26/2003 e sem se justificar decidiu extinguir a Comissão Consultiva para o Reconhecimento de Habilitações de Nível

Primário e Secundário bem como a Comissão Consultiva para o Reconhecimento de Habilitações de Nível Superior, que na altura estavam incumbidas no reconhecimento de habilitações.

Após as ditas extinções, aumentou o número de casos de certificados e de diplomas falsos nos concursos públicos e de promoção. Nesse período, uma das concessionárias do Jogo procedeu ao despedimento de vários trabalhadores por terem apresentado diplomas falsos e os casos foram reportados ao Comissariado Contra a Corrupção (CCAC).

No dia 11 de Março de 2010, o ex-Director dos SAFF, respondendo à minha referida interpelação escrita disse que, aquando da verificação das habilitações académicas “podem os serviços públicos proceder à verificação dos documentos comprovativos das habilitações académicas do candidato, bem como solicitar parecer sobre as habilitações do respectivo candidato à ex-Direcção dos Serviços de Educação e Juventude (DSEJ) ou seja à actual Direcção dos Serviços de Educação de Desenvolvimento de Juventude (DSEDJ) e ao extinto Gabinete de Apoio ao Ensino Superior”.

No dia 15 de Janeiro de 2010, voltei a insistir, por via de uma nova interpelação escrita formulando as mesmas perguntas da minha anterior interpelação escrita. Porém no dia 11 de Março de 2010, o mesmo ex-Director dos SAFF voltou a não responder sobre as razões que levaram à extinção da Comissão Consultiva para o Reconhecimento de Habilitações de Nível Primário e Secundário e da Comissão Consultiva para o Reconhecimento de Habilitações de Nível Superior.

A falsificação de diplomas abrange uma variedade de práticas desleais, desde a falsificação e compra de diplomas falsos até a obtenção de diplomas genuínos por meio de fraude académica. Embora as habilitações académicas continuem a ser uma ferramenta valiosa para o avanço na carreira e aquisição de conhecimento, a sua falsificação é uma prática prejudicial que ameaça a integridade do sistema educacional e profissional e a própria reputação das universidades da RAEM.

No dia 22 de Novembro do corrente ano, o Director dos Serviços de Educação de Desenvolvimento da Juventude (DSEDJ) prometeu melhoramentos nas medidas de admissão dos alunos ao Ensino Superior e que as referidas instituições devem verificar as habilitações académicas no momento da inscrição. Contudo, não deu não deu explicações como será posta em prática essa dita verificação, nomeadamente a competência do pessoal incumbido na verificação e certificação e o tempo necessário para finalização do trabalho.

Devido à multiplicidade e variedade de habilitações académicas e literárias as autoridades competentes da área educativa devem assumir maiores responsabilidades no seu processo de reconhecimento tonando o sistema mais fiável e mais credível perante a sociedade.

IAOD da Deputada Chan Hou Seng em 16.12.2024

Apesar da agitação e das mudanças no mundo, consegue-se brilhar após cem anos de esforços

O declínio da China foi marcado pela Guerra do Ópio, há 184 anos, e o grande rejuvenescimento da nação chinesa começou com a fundação da República Popular da China, há 75 anos.

A Nova China, na altura repleta de problemas por resolver, nem era capaz de fabricar um automóvel ou avião, e agora, já é a maior potência industrial e a segunda maior economia ao nível mundial; concretizou a circulação dos comboios de alta velocidade em todo o país e os seus veículos a novas energias estão a liderar o mundo; o sistema de *GPS* Beidou está a ser aplicado globalmente; a nave espacial Shenzhou está a navegar no espaço e o *rover* Zhurong a explorar Marte; a tecnologia de defesa nacional está em constante evolução, a inteligência militar e as armas avançadas tornaram-se numa ferramenta importante para proteger a soberania, a segurança, a integridade territorial e os interesses de desenvolvimento do país. Estes resultados são surpreendentes. Este percurso, desde os seus difíceis começos até ao seu atual estatuto de potência mundial, mostra plenamente a resiliência, a diligência e a sabedoria da nação chinesa. Ao longo dos últimos setenta e cinco anos, o nosso país conseguiu progressos em vários domínios, viu o seu estatuto internacional consideravelmente reforçado, e a vida do seu povo está cada vez melhor. A prática provou que o povo chinês escolheu o caminho certo.

A actual conjuntura mundial é mutável e imprevisível, a geopolítica é complexa e as disputas são muitas, contrastando fortemente com a estabilidade e a unidade da China, que são particularmente preciosas. Acreditamos firmemente que a democracia popular durante todo o processo pode integrar eficazmente a democracia popular e a vontade do país, e que esta é uma das razões importantes do nosso sucesso. O Governo Central enfatiza a autoconfiança no caminho, na teoria, no sistema e na cultura, e os resultados brilhantes obtidos durante os últimos 75 anos são a nossa base e autoconfiança.

Macau regressou à Pátria em 1999, e com a prática bem-sucedida de “Um País, Dois Sistemas” com características próprias de Macau, e a boa tendência de desenvolvimento do país, após 25 anos, encontra-se no melhor período de desenvolvimento da história. As crianças que nasceram no dia do retorno de Macau à Pátria têm já 25 anos e são precisamente uma geração. A premissa dos “dois sistemas” é um país, por isso, devemos dar importância à orientação dos jovens para conhecerem correctamente a relação entre o desenvolvimento nacional e o desenvolvimento das regiões administrativas especiais.

“Apesar da agitação e das mudanças no mundo, consegue-se brilhar após cem anos de esforços”. Sob a nova jornada da nova era, não obstante as mudanças conjunturais internacionais, a plena construção de uma grande potência moderna, a concretização da meta do segundo centenário e a promoção do grande renascimento da nação chinesa através da modernização ao estilo chinês são, sem dúvida, desejo e responsabilidade comum de todos os chineses. A RAEM deve ter como objectivo a formação de uma nova geração com sentido

(Tradução)

de missão e responsabilidade, e orientar os jovens, através do percurso dos 25 anos após o retorno de Macau à Pátria, para verem o sucesso da construção do País ao longo dos 75 anos, conhecerem correctamente o desenvolvimento do País, e defenderem conscientemente a liderança do Partido Comunista da China e o sistema fundamental do país. A RAEM deve articular os seus interesses com os interesses nacionais, para se integrar no desenvolvimento nacional e contribuir para o desenvolvimento nacional. Com o espírito de “o sucesso não tem de ser por minha causa, mas deve contar com a minha participação”, interpreta-se o significado e a essência do amor pela Pátria e por Macau através de acções concretas.